



# O DEBATE

## que faz história



# Carlos Veiga e José M encontro inédito

---

FILOMENA SILVA e JOSÉ VICENTE LOPES

---



Fotos: Eneias Rodrigues

# aria Neves,

*A democracia cabo-verdiana conheceu um momento alto no último sábado, 4, quando A Semana pôs os dois primeiros ministros de 1991 a esta parte – Carlos Veiga (1991/2001) e José Maria Neves (no poder), a debater o rol de desafios internos que os homens destas ilhas têm de enfrentar e resolver. E num país assim, que não pára de acertar contas com a sua história, o futuro é sempre fácil de conseguir.*

*Algo só possível porque quer José Maria Neves quer Carlos Veiga compreenderam que em Cabo Verde é possível dois políticos de campos ideológicos opostos se encontrarem sem que esse encontro seja transformado numa luta de boxe. O certo mesmo é que depois deste sábado nada continuará igual neste país. Haverá um antes e um pós este frente-a-frente desses dois políticos incontornáveis dos últimos vinte anos.*

*Os eventuais impactos desta iniciativa de A Semana só o tempo avaliará, na certeza porém que demos um importante contributo para o aprofundamento do debate político entre nós.*

**A Semana – Já agora, há quanto tempo é que os dois não se encontravam, assim frente a frente?**

**Carlos Veiga –** Há muito tempo.

**José Maria Neves –** Temos nos encontrado mais informalmente, mas num frente a frente, assim, há muito isso não acontecia.

**CV –** O primeiro-ministro chamou-me uma vez, conversámos, mas isso foi há bastante tempo.

**JMN –** Na legislatura anterior.

**AS – Não se encontravam porquê, porque não era necessário ou havia algum problema?...**

**JMN –** Não houve nenhum problema. Pessoalmente, entendo que quem tenha exercido um cargo como o de primeiro-ministro de Cabo Verde, tem um capital de experiência que deve ser devidamente aproveitado por qualquer governo. Foi nessa perspectiva que convidei o dr. CV para um encontro na legislatura anterior, não se ofereceram novas oportunidades. Mas é salutar em democracia que haja esse tipo de encontro e troca de opiniões sobre a situação do país e as perspectivas que se colocam ao seu desenvolvimento.

**CV –** Eu nesta matéria trago muitas vezes o exemplo da Singapura, em que o ex-primeiro-ministro é sempre um ministro de Estado, um conselheiro do novo PM. Singapura impressiona por muitas coisas. Esta não é, digamos assim, uma solução tradicional e, claro, eu não a defendo para Cabo Verde, mas também acho que os PM devem, de facto, ouvir os ex-PM, e estes também devem tomar iniciativas para que, no fundo, as questões do país sejam discutidas, debatidas. Quem está no poder, naturalmente

não tem a obrigação de seguir as opiniões dos outros, mas é salutar que isso se faça.

**AS – No seu caso gostaria de ser chamado mais vezes para dar a sua opinião?**

**CV –** Sim, gostaria de ser chamado. Eu não estou na política activa mas sou um cidadão atento às coisas que se passam. Na minha profissão acabo por ver aspectos muito concretos de muitas situações e julgo que seria positivo se eu pudesse, de vez em quando, conversar com o sr. PM, transmitir-lhe as minhas preocupações e as minhas ideias. Eu acho que isso deve ser uma prática que se deve adoptar com alguma regularidade.

**JMN –** Eu estou de acordo que se deva realizar periodicamente encontros desta natureza. A situação de Cabo Verde tem a ver com alguma crispação política que existe e que muitas vezes dificulta estes encontros. Mas devemos criar um ambiente para aproveitar mais o capital de experiência dos ex-PM, porque é fundamental para a consolidação da nossa democracia, melhoria dos índices de boa governança e, sobretudo, tem um aspecto pedagógico extremamente importante.

**CV –** Parece-me que nós não nos devemos conformar com a crispação política. Ela neste momento pode ser prejudicial. É normal que haja divergências de pontos de vista e não devemos pensar que opiniões diferentes entre os partidos políticos vão desaparecer. Não vão desaparecer. Mas é possível nós nos divergirmos um dos outros, conversando, com respeito, trocando impressões. Aqui talvez fale muito a minha experiência de advogado. Nós podemos estar em discordância com o advogado contrário, mas dizemos sempre “salvo o devido respeito”. E, e, no fim estamos a conversar sobre o mesmo assunto. Às vezes os nossos clientes não entendem.



“Como é que vocês estavam lá dentro a “engalfinhar-se juridicamente” e agora estão aqui fora a trocar impressões?”. Mas é importante que o façamos. Há em Cabo Verde um défice muito grande de diálogo num conjunto de várias outras situações da vida.

**JMN** – Estou perfeitamente de acordo. Aliás, logo que assumi o governo, propus um pacto para que as forças políticas pudessem discutir as principais questões nacionais, estabelecendo compromissos a partir da pluralidade de ideias e de opiniões, que todos têm. Mas eu percebi que, para além da crispação, há uma desconfiança entre os actores políticos. E isso tem prejudicado a construção de grandes consensos sobre as regras do jogo democrático e sobre as questões que têm a ver com o desenvolvimento do país. Temos de quebrar essa crispação e temos de gerar uma maior confiança entre os actores e os partidos políticos.

**CV** – Estou plenamente de acordo. A questão, no caso dos partidos políticos, é onde fazer isso, ou quem pode fazer isso. O Presidente da República é uma instituição do Estado que está em excelente posição de desempenhar esse papel, fazer com que pessoas desconfiadas encontrem um terreno de entendimento. Temos que chegar a isso. Por exemplo, eu saudei o acordo a que se chegou relativamente à revisão do Código Eleitoral. Soube da dificuldade, mas aquilo a que se chegou, mesmo que não signifique 100 por cento do que se pretende, foi importante como símbolo, como sinal de que o consenso é possível sobre muitas coisas.

**AS** – É desconfiança ou ressentimento, devido à forma como se conquista o poder em Cabo Verde?

**CV** – Pode ser as duas coisas. Mas na política, sobretudo a nível daqueles que são dirigentes, não há lugar para ressentimentos. Pode haver desconfiança mas não ressentimento. Por que é que eu me vou zangar com uma pessoa por causa da política?

**AS** – Mas repare, a campanha eleitoral em Cabo Verde...

**CV** – É má, não tenho dúvidas, e não descalço. Pelo contrário, a forma como se faz a

campanha é responsável por muitas das situações preocupantes que nós vamos vivendo. No fundo, em Cabo Verde quando se está em campanha parece que se pode fazer aquilo que na vida social é proibido. Nisso eu lembro sempre António Guterres que dizia: “Na política não é permitido aquilo que é proibido na vida social”. Estou cem por cento de acordo com ele.

E depois somos um país tão pequeno, conhecemo-nos todos, se esgravatarmos muito se calhar encontramos relações familiares, para que nas campanhas estejamos, no fundo, a nos insultarmos na nossa vida pessoal. Em Cabo Verde, mais do que se calhar noutros pontos, nós devemos adoptar uma postura diferente de fazer campanha.

**JMN** – A questão fundamental talvez esteja, realmente, nas campanhas eleitorais. As campanhas em Cabo Verde, muitas vezes, não estão estribadas no debate de ideias, de projectos alternativos. Há muitos ataques pessoais e cria-se um ambiente de muita crispação, de muita tensão, e até de desrespeito. Tudo isso dificulta o relacionamento entre os actores políticos, sendo certo que deve haver maturidade para que os actores políticos possam conviver num ambiente de disputa política e trabalhar no sentido de melhorar esse mesmo ambiente político. Mas as campanhas eleitorais em Cabo Verde realmente são tensas, desrespeitosas, mais estribadas em ataques pessoais e discursos que não abonam nada para a credibilidade da classe política cabo-verdiana.

**CV** – Gostaria de avançar com uma proposta nesse sentido. É irmos para além do que foi possível na revisão do Código Eleitoral. No Brasil foi-se para uma situação em que acabaram os showmícios, os brindes, e é papel e é conversa que conta. Isto acrescido da obrigatoriedade de debates. Do meu ponto de vista, se esses debates forem bem conduzidos levarão a que se valorize a ideia dos programas. Isso é importante. Valorizar as ideias e os programas também vai ajudar o eleitorado a discernir o que é bom e o que não é. Neste momento é quem dá mais ca-

misolas, quem faz mais barulho... E as pessoas não valorizam aquilo que é importante, que são as ideias, os programas.

**JMN** – Só as leis não resolvem. Podem sim constituir um caminho para a sua resolução do problema. Este tem mais a ver com a atitude dos actores políticos, que têm um papel importante neste domínio. Mas eu acho que sim, já é tempo de haver em Cabo Verde debates entre os principais actores políticos. Este é um vazio que ainda existe na nossa disputa política. Tanto nas eleições legislativas, como nas presidenciais e autárquicas, devemos promover debates, e as candidaturas e os partidos devem ter um papel mais pedagógico neste processo.

**AS** – Identificados então alguns males, estamos a ver que estamos a começar o nosso ano político com este debate/entrevista. Está quebrado o gelo entre os dois...

**CV** – Não havia gelo entre nós.

**JMN** – Sim, não havia gelo.

#### Optimistas e preocupados com Cabo Verde

**AS** – Entremos no mérito desta nossa iniciativa. Estão os dois satisfeitos com o quadro geral que o país apresenta? O que mais o preocupa neste momento, dr. CV?

**CV** – Satisfeito eu acho que ninguém está. Todos queremos mais para o país. Os objectivos e desafios que se colocam a Cabo Verde, do nosso ponto de vista, não nos permitem darmos por satisfeitos. Avaliamos de forma positiva a caminhada de Cabo Verde, da independência a esta parte, o país tem de facto avançado no bom sentido, com avanços e recuos, o que é normal, mas estamos longe de termos atingido aquilo que ambicionamos. Ou seja, que todos os cabo-verdianos possam viver em paz e em democracia, com justiça, igualdade de oportunidades para acederem a um nível de qualidade de vida suficiente no contexto de um país desenvolvido, económica e socialmente. Eu acho que este é

o desafio dos cabo-verdianos neste momento, consensual. Ainda não chegamos lá, estamos, sim, a caminhar para lá.

Por isso, enquanto não atingirmos essa meta, nós temos que estar preocupados. Sobretudo porque continuamos a ter um país extremamente vulnerável, sofrendo às vezes, com muito vigor, situações que nos são externas. Hoje vivemos uma crise financeira gravíssima que, do meu ponto de vista, nos vai atingir de uma forma ou de outra, que nos põe numa situação em que nos temos que adaptar. Temos que encontrar o nosso caminho para enfrentar os efeitos desta crise e enfrentarmos os constrangimentos que o país tem tido para avançarmos rumo ao objectivo que todos pretendemos.

Nisso há uma coisa clara: hoje temos a consciência de que o país pode desenvolver-se, está ao nosso alcance, depende muito de nós, daquilo que formos capazes de fazer, com o empenhamento do povo cabo-verdiano na sua totalidade. Não é uma figura de retórica, depende essencialmente de nós acedermos ao nível de desenvolvimento que desejamos. Neste aspecto continuo a ser optimista em relação a Cabo Verde. Mas estou preocupado.

Neste momento estamos numa encruzilhada em que teremos que saber encontrar um caminho que tenha por detrás a força da nação cabo-verdiana inteira, um consenso nacional coerente e alargado, que nos permita tomar decisões corajosas, que num primeiro momento poderão não ser bem recebidas mas que se destinam a um objectivo que é fundamental para todos.

**JMN** – Olhando o percurso de Cabo Verde nestes anos todos, sinto-me satisfeito e orgulhoso. Cabo Verde fez um percurso extraordinário. Hoje Cabo Verde tem uma economia e é um país viável, tem uma democracia que funciona, é um país com uma grande credibilidade no campo internacional. Por isso eu sinto-me orgulhoso e satisfeito.

Mas se pensar nos desafios, diria que ainda temos muito por fazer. Desde logo temos uma significativa mancha de pobreza, elevadas taxas de desemprego e temos ainda elevados níveis de desigualdade social. E para

“ Em Cabo Verde quando se está em campanha parece que se pode fazer aquilo que na vida social é proibido. Nisso eu lembro sempre António Guterres que dizia: “Na política não é permitido aquilo que é proibido na vida social”. Estou cem por cento de acordo com ele



ultrapassarmos os constrangimentos actuais e enfrentarmos os desafios devemos garantir a inserção competitiva de Cabo Verde na economia global. Isto significa que temos de construir uma economia competitiva. Como é que podemos construir a competitividade da economia cabo-verdiana? Modernizando as infra-estruturas e este é o caminho que estamos a percorrer neste momento – estradas, aeroportos, água, saneamento, electricidade, telecomunicações, liceus, universidades, hospitais, centros de saúde...

E teremos também que apostar fortemente nos recursos humanos. É o que nós estamos a fazer, fortes investimentos na educação, formação profissional, ensino superior.

Mas nesta caminhada teremos também, com certeza, de fazer uma profunda reforma do Estado. E aqui sim, acho que teremos de ter o mais amplo consenso nacional entre os principais actores políticos, para conseguirmos uma profunda reforma do Estado que nos leve a rupturas com a situação actual.

Queremos um Estado adequado às demandas e aspirações dos cabo-verdianos, e para isso é necessário proceder à reconceituação deste Estado, através da descentralização, da regulação. Nós liberalizamos a economia mas temos uma grande fragilidade no domínio da regulação. E a crise internacional revela-nos hoje o papel fundamental da regulação.

Mas teremos também, em Cabo Verde, de investir fortemente na capitalização social dos cabo-verdianos.

**AS – Isso significa o quê?**

**JMN –** Temos de estabelecer um consenso nacional no sentido de debelarmos a pobreza económica, espiritual: trabalhar no sentido de

estabelecermos novas atitudes, novos comportamentos dos cabo-verdianos. Em Cabo Verde ainda há em muitos segmentos uma atitude conspirativa em relação ao Estado.

**AS – Dos cidadãos ou dos políticos?**

**JMN –** Dos cidadãos e dos políticos. Isso leva a uma precarização do Estado, na linha de um Estado mínimo e fraco, o que é prejudicial para a construção da competitividade da economia cabo-verdiana e desse capital social que nós precisamos. Ou seja, precisamos de uma outra atitude, um outro comportamento e uma outra dinâmica de relacionamento entre os cidadãos e o Estado, uma outra capacidade de empreendedorismo social e económico. Conseguiremos isso se tivermos um Estado capaz e forte, uma regulação capaz e também forte.

É, em suma, em relação a esses objectivos que deve haver um grande consenso nacional, até porque estou de acordo com o Dr. CV quando diz que há uma grande vulnerabilidade a nível do país. É uma vulnerabilidade muito forte aos choques externos, por exemplo.

**CV –** Permitam-me só mais um comentário. Também estou basicamente de acordo. No entanto, o que mais me preocupa neste momento são, os recursos humanos que temos em Cabo Verde. Não é só o RH que precisa de ser mais formado, mais qualificado, mas é, como diz, um RH que assuma um conjunto de valores, o do mérito, do empreendedorismo, e a consciência de que os problemas se resolvem com a nossa atitude pró-activa. Esta é a questão fundamental.

**AS – Enquanto políticos – um foi PM e outro ainda é PM – que comandaram o país, diante dos desafios que havia e há necessidade de lançar, ficaram com a sensação de que os**

**cidadãos estiveram ou estão aquém desses desafios?**

**CV –** Falando com toda a franqueza, sempre pensei que o cabo-verdiano estava bem adiante, que era capaz de compreender um conjunto de ideias e valores, sem mais. Hoje eu acho que não. Eu hoje acho que é preciso um trabalho para que as pessoas voltem a recuperar um conjunto de valores que nós perdemos. Perdemos valores como mérito, o esforço, o trabalho, que marcaram toda a saga do cabo-verdiano. Hoje é o enriquecimento fácil. Como disse o sr. PM, se eu puder burlar o Estado, eu burlo; se eu puder não pagar imposto, não pago, e assim sucessivamente.

**AS – Mas isso não resulta da crise do Estado, que se enfraqueceu perante o cidadão?**

**CV –** Eu defendo um Estado não autoritário, mas um Estado que seja forte nas funções que deve ter. Na função reguladora, por exemplo, a autoridade do Estado tem que se manifestar com toda a força. Estabelecem-se as regras e quem não cumpre tem de apanhar.

**AS – Aliás, vive-se neste momento uma situação caricata. A entidade reguladora disse a uma empresa de transportes marítimos que não devia aumentar as tarifas, essa empresa aumentou mesmo assim e não lhe aconteceu nada até hoje, mesmo volvidos dois ou três meses. Eis um exemplo claro de enfraquecimento do Estado.**

**CV –** Sim, é verdade, eis um exemplo de uma entidade reguladora que não cumpre o seu papel. Se essa empresa, que eu não sei qual é, diz que não está de acordo com a decisão da agência reguladora ela deve ter um mecanismo para contestar essa decisão. Mas havendo uma decisão da agência ela tem de ser aplicada.

É em momentos como este que o Estado tem de se manifestar. Eu não sou favorável a um Estado grande, que intervenha em todas as áreas, mas há áreas em que tem de ser o Estado a intervir. O Estado em Cabo Verde tem de garantir a igualdade de oportunidades e a solidariedade social. Há gente que precisa do apoio do Estado e o Estado tem de estar aí.

**AS – O Estado em Cabo Verde está fraco, dr. JMN?**

**JMN –** Eu acho que temos algumas fragilidades em relação à regulação. Esta é uma função nova em Cabo Verde e temos problemas de ordem institucional e também problemas que têm a ver com a capacitação dos RH para fazer a regulação. Temos problemas complexos para fazer a fiscalização e temos também deficiências no relacionamento entre os órgãos de regulação e os tribunais, ou seja, muitas vezes a morosidade da justiça prejudica o processo refutatório porquanto há questões de regulação que as entidades reguladoras não poderão por si próprias resolver. De todo o modo, considero que estamos a dar os passos necessários para a consolidação da regulação em Cabo Verde, de modo a que o Estado possa cumprir rigorosamente o seu papel.

Mas eu estou de acordo que teremos de ter em Cabo Verde um Estado forte, nomeadamente, em domínios como a regulação, a segurança, que é um outro grande desafio do país. E também um Estado capaz de poder contribuir não só para corrigir os desequilíbrios de mercado mas também, através de uma sensibilidade muito forte, chegar às camadas menos possedentes da sociedade.

Às vezes – e esta é uma confissão que faço – sinto que o Estado em Cabo Verde é vulnerável em muitos aspectos. E é por isso que aqui exige-se do governo e da oposição um elevado sentido



“ As campanhas eleitorais em Cabo Verde realmente são tensas, desrespeitosas, mais estribadas em ataques pessoais e discursos que não abonam nada para a credibilidade da classe política cabo-verdiana



# A independênci

de Estado em relação a questões essenciais. E o que eu vejo nesta dinâmica – e não sei se o dr. CV teria a mesma opinião – é que há uma grande fragilidade das oposições – não me refiro à oposição actual –, em relação aos meandros da governação. E isso acaba por criar em muitos momentos ruídos que prejudicam a capacidade de actuação do Estado e contribuem para a vulnerabilização do Estado em determinados momentos.

**AS – Subscreve esse ponto de vista, dr. CV?**

**CV** – Há de facto uma falha no Estado relativamente à oposição. Os governos, de um modo geral, não fornecem à oposição as informações que ela deve ter. Aqui o modelo que devemos ter é o inglês. Nós tentámos, no meu tempo, estabelecer o estatuto do líder da oposição, paralelo ao do PM, com direitos, designadamente de informação; com deveres, designadamente de sigilo e de sentido de Estado, mas isso não foi avante porque na altura alguns partidos da oposição – não me lembro quais – não quiseram. E, apesar de haver uma maioria suficiente para aprovar esse estatuto, nós retirámos o projecto por causa disso.

Eu creio que isso faz todo sentido, através nomeadamente do líder da oposição, em que se lhe confere essas condições de acesso a informações, de partilhar com o governo – porque a democracia é o governo e a situação – assuntos do Estado. Temos aqui esta falha.

Temos também, do meu ponto de vista, uma outra falha, que é a de assegurarmos na prática,

“**Eu acho que existe neste momento uma crise de independência da justiça. Quem está em contacto com os meandros da justiça sente que as pessoas acham que não se respeita a sua independência, não conseguem tomar decisões, isto é relativamente sensível.**”

*Carlos Veiga*

através de mensagens claras, a independência e a autoridade de um conjunto de instituições – a justiça, por exemplo. Eu acho que existe neste momento uma crise de independência da justiça. Quem está em contacto com os meandros da justiça sente que as pessoas acham que não se respeita a sua independência, não conseguem tomar decisões, isto é relativamente sensível. Portanto, eu acho que há uma mensagem que tem de ser dita: “Vocês são independentes, decidam!” Eu iria desde a Procuradoria da República, passando pelos reguladores, até os tribunais, deve-se-lhes dar a mensagem clara de que são independentes e que devem exercer esse poder.

**AS – Normalmente quem tem poder não quer cedê-lo.**

**CV** – Não é um problema de ceder poder. O sistema exige que haja gente independente, que haja instituições independentes. Eu acho que estamos a ter uma dificuldade incrível aqui. Ninguém consegue dizer a uma pessoa que seja independente sem que apareça logo alguém do outro lado a dizer “ele é conotado com tal”. O país precisa de ter gente independente, mas na prática nunca você consegue alguém e com o consenso geral de que é independente. Agindo assim, estamos a criar um problema gravíssimo ao país.

**AS – No fundo, o país está refém da polarização política existente.**

**CV** – Sim, mas a verdade é que existe gente que não está metida nessa polarização. Mas nós não valorizamos isso. Temos de valorizar as pessoas com essa capacidade. Há cargos de

confiança política, aí não há independência. Mas há outros cargos e outras pessoas que têm de ser independentes para o sistema funcionar. Para desempatar muitas vezes.

**JMN** – Antes de avançarmos, gostaria de comentar essa questão. Também defendo que deve haver mecanismos de informação ao líder da oposição. Para a intensificação ou aprofundamento da nossa democracia, para ganharmos mais maturidade, criar um mecanismo de relacionamento. Não como o inglês, que é um sistema parlamentar puro, em que há outros mecanismos de relacionamento entre a maioria e a minoria. Mas deveríamos ter canais próprios, um estatuto, para que a oposição tivesse esse canal informações mais sistematizadas e mais substanciais sobre aspectos estratégicos do país.

Mas não estou de acordo consigo, dr. CV, quando diz que há problemas de independência dos tribunais. Ainda antes de ontem [quinta-feira, 02], o presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial, na apresentação do relatório sobre a justiça, disse claramente que um dos maiores ganhos de Cabo Verde é a consolidação da independência do poder judicial.

E também, pelo meu relacionamento com o poder judicial, eu sinto mais do que nunca que há cada vez mais uma afirmação da independência do poder judicial. Não há nenhum condicionamento, de nenhuma ordem. E mais: fiz tudo para que o Supremo Tribunal de Justiça tivesse o seu orçamento autónomo, a sua própria lei orgânica e gerisse, de forma autónoma, os seus meios e o seu orçamento para evitar qualquer tipo de con-



# a dos tribunais

dicionamento ao STJ e dos tribunais, e também criei condições para o reforço da Procuradoria-Geral da República.

**AS – Não será um problema de autocensura?**

**CV –** Pode ser.

**JMN –** Não existe esse problema.

**CV –** Pode, mas também pode não ser só isso. Há alguns sinais que têm que ser evitados.

**JMN –** Como disse, aqui estou completamente em desacordo consigo. Em relação também às autoridades reguladoras, nós fizemos aprovar na legislatura anterior a lei de bases da regulação independente e temos feito um esforço para que as agências assumam claramente a regulação dos diferentes sectores. Já temos ganhos. O Banco de Cabo Verde, a Agência da Aeronáutica Civil... Temos algumas dificuldades em relação à ARE, e agora está em instalação a ARFA, que vai desempenhar um papel importante em relação a produtos farmacêuticos e alimentares. Há ainda a ANAC, em relação às comunicações.

E veja: há a tentação de as empresas reguladas a se queixarem junto do PM quando as agências tomam determinadas decisões. Eu, pedagogicamente, tenho insistido com essas empresas a recorrerem a instâncias próprias para contestarem as decisões das agências. Assim como também não estou de acordo consigo em relação às conservatórias.

**CV –** Eu não falei das conservatórias (risos).

**JMN –** Não falou aqui...

**CV –** Falei noutros sítios.

**JMN –** E falou nesta mesma linha de não haver independência. E aqui estou também em oposição frontal consigo. Eu dou um exemplo: a lei em relação ao registo predial em Cabo Verde, o 47611, da década de sessenta, publicado em Cabo Verde em 1968, estabelece o trato sucessivo, ou seja, quem compra um terreno só pode registá-lo se aquele que vendeu tem o registo da propriedade. Portanto, o trato sucessivo é o que existe em Cabo Verde, em Portugal, no Brasil, na Alemanha, na Espanha. E o que é que aconteceu? Em 1997, através de uma circular, o director-geral dos Registos e Notariado – aí, sim, uma intromissão abusiva na autonomia das Conservatórias – ordena que só em relação às câmaras não se devia aplicar o trato sucessivo.

Ou seja, que as Conservatórias deviam, para os terrenos vendidos pelas CM, aceitar o registo mesmo que as CM não tivessem registo desses terrenos. Só para as CM. Através de uma circular, de um director-geral, revoga-se uma lei em vigor em Cabo Verde. E então o que é que nós fizemos em 2007? Quando surgiram problemas graves, com as CM a venderem terrenos de privados. Sabia que há CMs que venderam terrenos reservas militares a pessoas que já conseguiram registar? Nós perguntamos: “Mas porque é que está a acontecer isto?” Disseram: “Há uma circular e as Conservatórias estão a cumprir essa circular”. Nós dissemos: “Não, as Conservatórias têm que ser autónomas, não pode haver interferência da Direcção Geral dos Registos e Notariado. O Ministério da Justiça deve imediatamente pedir às conservatórias para cumprirem a lei e deve

“

**Mas não estou de acordo consigo, dr. CV, quando diz que há problemas de independência dos tribunais. Ainda antes de ontem [quinta-feira, 02], o presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial, na apresentação do relatório sobre a justiça, disse claramente que um dos maiores ganhos de Cabo Verde é a consolidação da independência do poder judicial.**

*JM Neves*

considerar abusiva essa circular que intromete e cria uma grande insegurança jurídica”.

Portanto, por causa dessa insegurança jurídica temos a ideia de intromissão. Mas é o contrário. Em relação aos tribunais, em relação às agências reguladoras e às Conservatórias estou completamente em desacordo com as suas opiniões, dr. CV.

**CV –** Ainda bem que podemos estar em desacordo quanto a alguma coisa (risos). Sr. PM, eu não disse que o governo quer intrometer-se na independência dos tribunais judiciais, mas há alguns sinais muito comprometedores, muito complicados. Quando o Tribunal da Praia é cercado oito horas pela Polícia, isto não pode acontecer e não haver consequências. O sr. Presidente do STJ pode, efectivamente, fazer essa afirmação, mas eu garanto-lhe que é preciso falar com as pessoas no dia a dia para ver que há gente que considera que a sua independência pode estar em causa. Não há dúvida. Por isso é que eu insisto que é importante que os dirigentes, quer da situação, quer da oposição, transmitam a mensagem da independência. “Vocês são independentes e haja o que houver vocês têm que exercer a vossa independência”. É importante não tomarmos em conta só algumas declarações que são feitas em determinados contextos. Eu garanto-lhe que há muita gente com essa percepção negativa sobre a justiça.

Em Cabo Verde, de um modo geral, a independência dos tribunais foi sempre qualquer coisa de sagrada, desde o princípio. Mas sinto – e digo-o porque estou muito preocupado,

# O problem

porque a independência dos tribunais é a última fortaleza dos cidadãos que é preciso transmitir essa mensagem. Em segundo lugar, também nas entidades reguladas há situações em que na realidade se pode questionar a independência dessas entidades reguladoras. Elas têm que assumir que são independentes e têm que agir como tal.

**AS – Mas isso é um problema do sistema ou um problema das pessoas que estão nesses órgãos?**

**CV –** Se calhar é um problema das pessoas.

**AS – Vê-se isso no Ministério Público. São tantos os problemas que chegam ao MP e sobre os quais até hoje estamos à espera de uma resposta.**

**CV –** É o que eu digo. Eu tive uma situação em que apresentei uma queixa de um cliente, dois anos depois, fui ter com o procurador e ele respondeu-me: “Isso aconteceu na campanha, eu pensei que...”

**AS – Nós tivemos o caso de um jornalista que foi agredido à porta do tribunal por um advogado, na frente do MP, e nada foi feito.**

**JMN –** Mas isso nada tem a ver com a independência, tem a ver com uma eventual morosidade e ineficácia da justiça.

**CV –** No caso que eu apontei interpretei como um eventual problema de independência. Estariam em causa algumas entidades, havia falta de coragem para fazer avançar as coisas.

Há um problema de pessoas, por isso é que a mensagem que o poder tem de mandar e que os dirigentes têm de enviar é que as pessoas devem ter coragem, devem exercer a sua independência. Nós temos de fazer com que a sociedade acredite que há gente que pode ser independente. É fundamental para que a sociedade respire.

Em relação às Conservatórias, esta é uma questão técnica a discutir. Quando o Código de Registo Predial foi estendido a Cabo Verde foi estendido com uma alteração, que dizia que não se exigia o trato sucessivo relativamente aos terrenos concedidos pelo Estado ou incluídos no foral da autarquia. Mas isso é num tempo em que havia ideia de foral. A ideia de foral é que nas povoações, delimitadas, os terrenos que fazem parte dessa área devem pertencer ao município. Isso em relação aos terrenos públicos. Portanto, neste contexto é que não se aplica o trato sucessivo para as áreas urbanas, do meu ponto de vista, e para os terrenos que são do Estado.

É a necessidade de interpretar adequadamente esse conceito que está a criar um conjunto de problemas. E eu acho que, do ponto de vista de direito a constituir, dever-se-ia clarificar de uma vez por todas. Em vez de estarmos a discutir se a lei diz ou não diz, valia a pena, neste momento, as pessoas se sentarem em torno de uma mesa e estabelecerem, em termos de direito a constituir, uma nova legislação que deve ser justa e equilibrada. Com isso acaba-se com estas questões. Grande parte dos problemas seriam resolvidos.

Portanto, aquela circular, que eu não conhecia, embora feita no meu tempo (naturalmente eu não podia ter conhecimento como PM), pode não ser tão ilegal. Estava a fazer uma interpretação que o conservador é livre de aceitar ou não porque ele é livre, dos actos dele só se pode recorrer aos tribunais e não para o director-geral. Neste momento, acredite, os conservadores, a maior parte, tem medo. A legislação está tão fraccionada... De facto, a lei de solos veio dar um bom contributo, embora discorde de algumas soluções. Mesmo assim, veio dar um contributo.

Neste momento os conservadores estão com medo porque já houve algumas punições, por fazer ou não fazer registos. Há conservadores que só fazem registos do Estado. Nem dos privados fazem. Portanto, está-se bloqueado. Eu, como advogado, sinto que há um bloqueio da situação que põe em causa a fé pública, a segurança jurídica, etc.

**JMN –** Relativamente a essa questão aquela circular é completamente ilegal. Aquela circular impõe aos conservadores uma interpretação. Quisesse o governo dar uma interpretação que fizesse uma lei. O que nós fizemos em 2007 foi dizer aos conservadores “cumpram a lei” e não a circular.

**CV –** Mas eles estão com medo.

**AS – Então têm de mudar de profissão, não acha, dr. CV.**

**CV –** O problema não é só mudar de profissão. Quando sou punido por uma multa muito significativa porque fiz ou deixei de fazer um registo a coisa é outra. Eu defendo que as pessoas devem ser independentes. Eu reclamaria, recorria, manteria a minha independência.

**JMN –** Mas tem de haver o cumprimento da lei.

**CV –** Com certeza.

**JMN –** Como advogado deve ter conhecimento de alguns problemas graves nos registos que existem em Cabo Verde, feitos em várias conservatórias.

**CV –** Sim, sem dúvida.

**JMN –** E com essas irregularidades as pessoas devem ser responsabilizadas. A independência não quer dizer falta de responsabilização. Quando um conservador é responsabilizado por irregularidades...

**CV –** Mas quem está a avaliar essas irregularidades?

**JMN –** Há uma inspecção dos registos e do notariado em Cabo Verde.

**CV –** Isso eu sei.

**JMN –** Há uma inspecção que faz a inspecção, salvaguardando a independência dos conservadores, mas somos conscientes todos nós das irregularidades existentes. A responsabilização não quer dizer que haja qualquer prejuízo à independência dos conservadores.

**AS – Mas não acha que há falta de medidas? Normalmente, a nível das inspecções, nós, na comunicação social, damos notícias de responsáveis que transgridem e em relação aos quais depois nada acontece. As inspecções judiciais e do Ministério Público, o que fazem?**

**JMN –** O CSM, que é o órgão de autogoverno, aí não há intromissão do governo ou dos outros poderes, mais o Conselho Superior do Ministério Público é que devem tomar medidas. Se há problemas e se forem detectadas falhas podem tomar medidas disciplinares. Mas eu tenho acompanhado o esforço que esses órgãos têm adoptado para tomar medidas quando há problemas.

**CV –** Há aqui um problema. A inspecção dos registos e notariado, tal como a inspecção judicial, não pode pronunciar-se sobre o mérito dos actos dos conservadores. Ou seja, quem pode alterar uma decisão de um juiz é um outro tribunal, superior. Quem pode alterar uma decisão de registo de um conservador é o tribunal. Administrativamente pode-se punir um conservador que não cumpre as regras administrativas, mas não se pode, por essa mesma via, punir um conservador sem que haja uma decisão judicial a dizer que ele violou as regras de registo. Quem diz que o registo está mal feito? Só pode ser uma decisão judicial.

Mas essas são questões que têm de ser aprofundadas, discutidas. A verdade é esta: neste momento os conservadores não estão a fazer registos. Alguns até o fazem mas sempre sendo provisórios, e um registo provisório são seis meses. Ninguém vem investir com um registo provisório. Outros simplesmente não o fazem. E em relação a terrenos urbanos, não há registo nenhum neste momento. Este é um bloqueio que os órgãos de poder têm de ultrapassar. Por isso, vamos sentar, discutir a questão e encontrar uma solução no direito a constituir. A situação está tão imbricada, tão complicada, que vale a pena, se calhar, partir de novo para uma solução mais partilhada.

**AS – Há necessidade, sr. PM, de um pacto da terra?**

**JMN –** Eu acho que há a necessidade de discutirmos o problema da gestão do solo em Cabo Verde.

**CV –** Sim, é verdade.

**JMN –** Há neste momento algum espaço de articulação e negociação entre o governo e as autarquias locais. Nós aprovámos a lei de bases do ordenamento do território. Neste momento estamos a elaborar os esquemas regionais de ordenamento do território de Santo Antão, S. Nicolau, Fogo e Santiago. Estamos a lançar as directivas nacionais sobre o ordenamento do território, definindo os espaços a nível nacional. Também estamos a apoiar os municípios na elaboração dos planos directores municipais, e acabamos de aprovar a lei de cartografia e cadastro em Cabo Verde. Portanto, são medidas estruturantes...

**CV –** É verdade.

**JMN –** É claro que o esquema de ordenamen-





# na da terra

to do território e os planos directores municipais são instrumentos de articulação entre o governo e as autarquias locais sobre a utilização dos solos. E precisamos de discutir com os municípios alguma ordem na gestão dos solos. Por exemplo, há municípios que venderam extensas áreas, que não estão no perímetro urbano, registaram com base a circular que vimos falando e depois dizem que há perseguição do governo central quando o mesmo não aceita essa de proceder. É claro que se fosse no perímetro urbano ainda poderíamos até entender. Mas mesmo aí...

Dou-lhe como exemplo o município do Porto Novo, o sr. Presidente da CM falou comigo em relação a um terreno no perímetro urbano. Eu disse-lhe: "A lei oferece neste momento soluções. O sr. elabora o plano de expansão urbana e o governo transfere a propriedade para o município". Estamos também neste momento, a negociar com o município da Boa Vista.

Significa que há, mesmo na lei actual, mecanismos para encontrarmos soluções. Só que frente ao caos que existe não há directivas de ordenamento do território, não há esquemas regionais de território, não existem Planos de Desenvolvimento Municipal (PDM), o único município que acabou de aprovar o seu PDM é a CM de S. Domingos, ou seja, não existem instrumentos. E o que é que as CM fazem? Simplesmente vendem terrenos. Vender sem qualquer plano, sem qualquer perspectiva de espaço urbano. Dentro do perímetro urbano há municípios que já venderam oficinas do Estado, e registaram, venderam reservas militares e já registaram, e por aí fora.

Ou seja, tínhamos que pedir que a lei fosse cumprida e que pelo menos houvesse uma negociação entre o governo e as autarquias. O que queremos é segurança jurídica, a possibilidade de haver investimentos e de utilizarmos estrategicamente os solos. Mas os municípios estão a vender os solos, e a utilizar o dinheiro no funcionamento, sem investir na infra-estruturação desses terrenos, sobretudo solos do Estado. E o que é mais grave, vendendo, inclusive, solos de privados. Portanto, aqui é preciso insistirmos num entendimento, sobretudo num diálogo em espaços próprios. Não será na comunicação social que vamos resolver isto.

CV – É claro que não é.

**AS – Diga-nos uma coisa, sr. PM, o que vão fazer com a CM que vendeu terreno militar?**

JMN – Em relação às reservas militares, algumas empresas começaram a afixar tabuletas a dizer que são proprietárias, mas a ministra da Defesa tem poderes para dizer que isso não é verdade.

CV – Há certidões, é preciso haver regras.

JMN – Eu acho que essas regras...

CV – Devem ser cumpridas.

JMN – Se as coisas continuassem como estavam, neste momento teríamos um caos autêntico porque, entretanto, privados já estavam a contestar. O problema não é só o Estado. Se fosse só o Estado poderíamos dizer que o governo e as autarquias poderiam entender-se. Mas não, há privados que estão a contestar o facto de as CM venderem os seus terrenos.

CV – Mas também há privados a contestar vendas feitas pelo Estado. Eu sei disso.

JMN – Aí deveríamos, fundamentalmente, dialogar para haver um entendimento. Todos os presidentes de CM que me têm procurado eu lhes tenho aconselhado. Em relação a determinados investimentos, eu digo: "Concordo que haja esse

investimento no seu município, mas há problemas em relação ao solo? Você já confirmou se o solo é do município, do Estado, do privado? Articule com a Cabo Verde Investimentos". O presidente da CM do Porto Novo é um exemplo. Sempre insisti com ele relativamente a esta matéria. Todos os autarcas que me procuram eu digo: "Precisamos dialogar, precisamos encontrar um entendimento e evitar o caos em relação a essa problemática do solo num país que não tem outros recursos naturais tradicionais".

**AS – Esses mecanismos que o PM acaba de expor satisfazem-no, dr. CV?**

CV – Podem satisfazer mas eu acho que há problemas candentes, que podem ser resolvidos da seguinte forma: dentro das áreas delimitadas das povoações, os terrenos públicos que existam devem pertencer aos municípios sem prejuízo do direito de reserva gratuita do governo, para fins de utilidade pública, e outros. Se o governo entende que aquilo é uma ZDTI é reserva, portanto, o município tem que se submeter. Mas se não há uma intenção de reserva o princípio geral, legal, deve ser que o que está dentro de uma área delimitada de uma povoação, terreno público, em princípio, é municipal. É como se você estivesse a dar-lhe um foral.

**AS – Neste momento não há uma terra de ninguém neste domínio?**

CV – Neste momento, de facto, há um caos. As CM avançam, o governo contesta, o governo avança e as CM contestam, os privados contestam os dois lados, consequentemente está tudo muito bloqueado. Mas isto pode ser resolvido...

A lei civil já prevê a resolução de situações de conflito de propriedade. O Código de Registo Predial também prevê situações de conflito

de propriedade. Simplesmente, você não pode recorrer a esses mecanismos porque tem os bloqueios nas Conservatórias. Isso podia não ser tão grave, porque se podia ir à última instância que seriam os tribunais, mas de facto a morosidade com que os tribunais se debruçam sobre estas questões é confrangedor. Por conseguinte, estamos bloqueados. O poder político, na sequência de um processo de diálogo, deve encontrar uma solução jurídica pontual que resolva os problemas candentes.

Eu estou de acordo que é fundamental o planeamento urbanístico, estou de acordo que os municípios têm de usar os terrenos para promover a economia local. Disso não tenho dúvidas. O próprio Estado tem interesse em aumentar o património dos municípios porque isso lhe dá fundamento para não estar a distribuir outros recursos. No fundo, trata-se de aumentar a autonomia financeira dos municípios, dizendo-lhes: "Você tem um terreno que deve usar para efeitos de promoção do desenvolvimento que lhe vai provocar receitas, e não pode vir agora e pedir recursos ao Estado".

Ou seja, pode haver aqui uma conjugação. Não estou a dizer "é terreno ZDTI e a CM pode vender". Não é isso porque uma CM não pode vender terreno de ZDTI. Estou 100 por cento de acordo. Mas dentro da área delimitada das povoações choca-me, porque quem tem a responsabilidade da gestão territorial dentro dessa área são os municípios.

**AS – E se for na orla marítima, como aconteceu há pouco tempo com a marina do Mindelo?**

CV – Orla marítima é do domínio público do Estado, embora aqui na Praia a lei conferiu ao domínio público do município (e penso que

em S. Vicente também) esses terrenos. Mas há uma legislação própria sobre o domínio público e ela tem de ser cumprida naturalmente. Ela dá ao Estado um poder bastante forte e isso pode-se compreender. Eu, em relação à questão do domínio público marítimo, discuto um pouco o problema das praias de banho. Os municípios são responsáveis pela gestão das praias de banho, por isso estas deviam ser do domínio público municipal, não do Estado.

JMN – Estas questões podem perfeitamente ser analisadas e vistas. O principal bloqueio não está nem nos terrenos delimitados dos povoados nem nas praias de banho.

CV – Está noutros fora. Mas a minha preocupação são os investidores, que não fiquem prejudicados com conflitos institucionais desta natureza.

JMN – Mas nós temos insistido em relação a esta matéria. Vou dizer-lhe o seguinte: há CMs que já venderam extensões importantes dentro das ZDTIs.

CV – Eu sei.

JMN – Mas o que é que nós temos feito: para não prejudicar os investidores temos tentado negociar. E não temos ido à comunicação social denunciar essas questões, porque há o interesse nacional que devemos preservar e que é sobretudo aproveitar as oportunidades de investimentos que surgem.

**AS – Mas com isso não está também a prejudicar o interesse nacional?**

CV – Não creio.

JMN – Desde que esses interesses...

CV – Se façam...

JMN – E sirvam globalmente o país. Agora, temos de nos entender aqui. É preciso maturidade de tanto do governo como das autarquias locais



para que essas questões sejam debatidas e pas-  
samos encontrar uma solução para elas.

**CV** – Certo. É fundamental.

**JMN** – Para que essa solução não seja um  
mero encaixe financeiro para os municípios  
em determinados momentos e depois termos  
problemas. Devem ter ouvido notícias agora da  
ilha do Sal que apontam para alguma redução  
do fluxo turístico.

**CV** – É evidente.

**JMN** – E porquê? Não por causa da crise  
mas porque há problemas de saneamento, re-  
colha de lixo, vias de acesso, etc., etc., que têm  
a ver com a intervenção clara dos municípios.  
Mas é claro que há terrenos que os municípios  
vendem e cujos recursos são utilizados para o  
funcionamento e não há investimentos claros  
do Estado para sustentar uma dinâmica forte do  
crescimento da economia. Aí também poderemos  
encontrar pontes para discussão.

**CV** – Estou 100 por cento de acordo que  
nesta questão não há só um “culpado”. Mais  
valia que, para o país retirar benefício disso,  
nós nos sentássemos e discutíssemos. Mas, por  
exemplo, em relação aos investidores eu acho  
que nos casos em que os projectos já avançaram  
ou estão em vias de avançar, nessa ideia que eu  
tenho defendido sempre que as ZDTI devem ser  
instrumentos de desenvolvimento, pode haver si-  
tuações em que o Estado dá esses terrenos porque  
a contrapartida económica desse investimento  
justificaria isso. Não me escandalizaria nada que  
isso acontecesse. Mas aqui, nalguns casos, está  
a acontecer uma renegociação que implica um  
custo adicional para o investidor, isso não nos  
está a ficar bem, a nossa imagem...

**JMN** – Um custo?

**CV** – Sim, um custo adicional. Há institui-  
ções do Estado que estão a renegociar com os  
investidores que compararam nas CMs. E agora  
vem uma outra entidade exigir-lhes mais. Esta  
questão não devia ser discutida assim. O investi-  
dor não devia ter esse problema. Se o município  
recebeu indevidamente não é problema dele,  
investidor. Além disso, há a repartição do valor  
da ZDTI em que as CMs têm 49% e o Estado  
51%, e o Estado tem mecanismos via FEF ou  
outros fundos para fazer o acerto. Eu acho esta  
uma boa prática: “você cobrou uma receita que  
é do Estado, tem de pagar por isso”.

**JMN** – Há aqui uma ligeira nuance. Há áreas  
extensas que foram vendidas e que não eram  
ZDTIs e nem estavam nos espaços de expansão  
urbana das cidades. E nós o que estamos a fazer?  
Há municípios que venderam terrenos que não  
lhes pertenciam nem estão na área de expansão  
urbana. Neste momento estamos a negociar com  
os municípios a criação de ZDTIs...

**CV** – Está certo.

**JMN** – Nessas regiões, para podermos re-  
solver o problema. Entretanto os municípios já  
receberam os recursos, já os gastaram.

**AS** – E se continuarem a vender?

**CV** – Não podem fazê-lo.

**JMN** – Estamos a agir para que isso não  
volte a acontecer.

**CV** – É questão de as coisas ficarem claras,  
os municípios sabem que não podem vender  
ZDTIs.

**JMN** – Portanto, muito do que se discute na  
comunicação social não tem razão de ser. Em  
relação, por exemplo, a S. Vicente, houve todas  
aquelas vendas, eu fiz um encontro com todos  
os operadores que compraram terrenos nessa  
circunstância e disse-lhes claramente: “Não ha-  
verá perdas. Vocês podem continuar a investir e  
tocar para frente os vossos projectos, nós vamos  
transformar esses terrenos em ZDTIs”. Portanto,  
através do governo, o Estado de Cabo Verde está  
a fazer um esforço no sentido de regularizar  
estas situações.

**CV** – Estar a exigir aos investidores mais do  
que aquilo que pagaram inicialmente não nos  
está a deixar bem, sr. PM. Como cabo-verdiano,

do ponto de vista jurídico, analiso as coisas e  
posso dizer que os municípios não podiam e  
nem podem vender terrenos que estão em ZDTI,  
mesmo que os terrenos lhes pertencesse antes. A  
partir do momento em que o Estado declara um  
determinado terreno ZDTI a alienação aí só o  
Estado pode fazer. A lei é clara. Agora, já acon-  
teceu, porque, infelizmente, as leis aqui muitas  
vezes nem sequer são conhecidas. Pergunto  
quantos municípios conhecem neste momento  
a lei de solos? E não só os municípios, quantos  
magistrados, quantos advogados conhecem bem  
a lei de solos? Uma vez as leis eram poucas,  
vinham de sábado a sábado, lia-se na rádio os  
sumários e as pessoas ficavam a saber, todo o  
funcionário tinha o seu canhenho. Hoje não.

Eu digo, quando se tratam de investimentos  
que valham a pena, não é qualquer investimento,  
o governo tem a decisão final, porque é a CI que  
sempre aprova os projectos. Se diante um projecto  
ela conclui que o mesmo vale a pena, ela deve  
dizer: “não vou discutir questões monetárias com  
o investidor, vou fazê-lo com o município”.

**JMN** – Eu não sei o que é que terá acon-  
tecido.

**CV** – Está a acontecer.

**JMN** – Deve concordar comigo que algumas  
CMs apropriaram-se de terrenos privados e do  
Estado e venderam...

**AS** – E comeram.

**JMN** – Não é só comeram.

**CV** – Mas o Estado também fez isso.

**JMN** – O Estado pode ter vendido nas ZDTI  
sem a resolução definitiva do problemas.

**CV** – O Estado vendeu mesmo fora das  
ZDTI.

**JMN** – Disso não tenho conhecimento. Mas  
as câmaras venderam ao desbarato determinadas  
parcelas...

**CV** – Mesmo que seja, não fica bem. São  
instituições do Estado.

**AS** – Diga-me o seguinte, dr. CV, os opera-  
dores negociaram com as CM um determinado  
preço e depois aparece o Estado a exigir mais.  
Como encaram os operadores esses casos, como  
uma questão meramente administrativa ou  
acham que há corrupção pelo meio?

**CV** – É uma questão administrativa. Nos casos  
que eu conheço todos eles questionam se compra-  
ram ao desbarato e apresentam argumentos.

**JMN** – Eu já fiz duas ou três reuniões com to-  
dos os presidentes de CM, e chamando a atenção  
para determinadas questões que põem mal Cabo  
Verde. Tenho insistido com eles, por exemplo,  
que devemos prestar atenção no tratamento de  
determinadas questões politico-diplomáticas,  
que é um domínio, mesmo nos estados federais,  
sagrado do Estado. O Brasil, por exemplo, tem  
muito cuidado com as relações externas dos es-  
tados, porque é uma questão do governo federal,  
uma competência do Itamaraty.

Aqui temos investidas fortes dos municípios,  
com discursos de relacionamento com outros paí-  
ses, etc. Aliás, temos uma tentação dos municípios  
em invadir áreas do Estado em vez de se preocupa-  
rem com questões fundamentais dos municípios.  
Enquanto temos problemas de lixo, ambientais, de  
estradas de acesso, etc., etc., os municípios apare-  
cem a falar de relações com outros países, a opinar  
sobre o Millenium Challenge Account. E ficamos  
com os problemas locais por resolver.

Eu acho que aqui, dr. CV, há um problema  
claro de maturidade institucional pelo que de-  
veríamos ter uma perspectiva pedagógica no  
sentido de consolidar a administração autárqui-



“ O investidor celebrou um con-  
trato com uma instituição públi-  
ca confiante de que está a ne-  
gociar com o “Estado”, e depois  
depara-se com vários problemas.  
“Afinal que segurança tenho eu,  
além deste Estado há um outro  
Estado”.

**JMN** – Havia negociações que eram feitas com  
um determinado nível de preços, praticado pela  
CI, e outras em que os terrenos foram vendidos a  
preço muito inferior ao que já se estava a negociar.  
Talvez seja essa a questão.

**CV** – Mesmo que seja. O investidor celebrou  
um contrato com uma instituição pública confiante  
de que está a negociar com o “Estado”, e depois  
depara-se com vários problemas. E questiona:  
“afinal que segurança tenho eu, além deste Estado  
há um outro Estado”.

**JMN** – Mas há a seguinte questão, há presiden-  
tes a quem eu chamei a atenção antes de venderem.  
Ou seja, nós temos que ter algum limite ético no  
relacionamento. Não é só porque Cabo Verde quer  
investimentos que o presidente da CM chega, adota  
uma decisão, e depois o governo tem de aceitar  
dizendo que vai ter de remediar a situação. Eu acho  
que não. Até porque eu chamara atenção de alguns  
presidentes de CM e até de alguns investidores em  
relação a esta matéria. Mas eu estou de acordo que  
deveríamos discutir e tentar preservar a imagem  
de Cabo Verde.

**CV** – Eu acho que sim.

ca, o protagonismo que já tem na dinâmica local  
e regional e termos relações institucionalmente  
correctas entre o governo e os municípios. Com  
isso ultrapassaríamos os problemas existentes.

**CV** – Sem dúvida. Eu até vou mais longe. É  
preciso criar um espaço institucional para isso.  
Eu dou um bom exemplo: a minha opinião hoje  
sobre a SDTIBM é boa. Com as alterações que se  
fizeram está criado um bom espaço. Falei com o  
presidente da CM Boa Vista e com o presidente  
da CM do Maio e ambos me disseram que estão  
satisfeitos, “participamos activamente na sua  
discussão, no quadro da SDTIBM e achamos  
que os interesses dos municípios e do Estado  
estão assegurados”.

Este é um bom exemplo de um espaço ins-  
titucional em que as coisas estão a funcionar.  
Você fala com os investidores e eles deixam  
transparecer a sua satisfação. O facto de os  
municípios terem escolhido pessoas com capa-  
cidade técnica de gestão, do governo ter feito o  
mesmo, foi positivo. Está criado um espaço de  
gestão das ZDTIs. Eu defendo que se generalize  
esse sistema.

**AS – Mesmo a nível de cada ilha?**

**CV** – Pode ser a nível de ilha, como se quiser. Pode até haver coisas a corrigir, mas o sistema, bem trabalhado, pode funcionar.

**JMN** – Estou perfeitamente de acordo. Há tempos avancei com uma proposta que pode até não ser ilha, depois há outras questões de utilização de espaço. Por exemplo, essa zona litorânea que vai de S. Francisco a Mangui, não a vila mas, aquela propriedade que existe depois de Praia Baixo.

**CV** – Eu sei.

**JMN** – Pode-se perfeitamente fazer uma Sociedade para o Desenvolvimento de todas as ZDTIs e regiões abrangidas. Também propus uma SD para zona de Chão Bom com a CM, etc. Cheguei a propor uma SD, tipo Expo, para o desenvolvimento dessa baixa de Chã de Areia, na Praia, para criação do distrito financeiro. Eu acho que as parcerias – público x público e mais tarde público x privado – são instrumentos importantes para o desenvolvimento.

**AS** – Isso sem perder de vista a unidade nacional.

**CV** – Isso não está em causa.

compondo. Mas enquanto não tivermos todo esse quadro estruturado, teremos de ir negociando para resolver os problemas que existem.

### Competitividade de Cabo Verde

**AS** – Ao longo deste tempo foram abordados vários temas, alguns dos quais faziam parte do nosso roteiro inicial. Um dos temas é a competitividade, podemos falar da segurança interna, já que da segurança jurídica já se falou.

**JMN** – Se me permite eu gostaria de destacar a questão da competitividade. Este é um grande desafio de Cabo Verde neste momento. Cabo Verde tem crescido, tem desenvolvido, com base nalgumas vantagens. Tem tido boa governação, tem gerido bem a ajuda pública ao desenvolvimento, e tem conseguido ganhos.

Mas Cabo Verde continua um país extremamente vulnerável, do ponto de vista económico. Neste momento temos fortes pressões orçamentais em relação à educação, por exemplo. Então com a criação da Universidade, essa tensão au-

O Estado tem de conseguir gastar menos e recorrer menos aos recursos do mercado, deixando-os para o sector privado, e contribuir para o embaratecimento do dinheiro, redução consequente das taxas de juro. O Estado tem de conseguir criar um ambiente favorecedor do investimento privado, da sua densificação e tem de conseguir sobretudo que a administração pública funcione para dar resposta às exigências e demandas dos cabo-verdianos. De modo que eu acho que a competitividade é a palavra chave de Cabo Verde. Ou ganhamos a batalha da competitividade ou não teremos sucesso neste empreendimento de construir um país moderno e desenvolvido.

**AS** – Mas sr. PM, não acha que algo não vai bem em relação ao nosso empresariado, sobretudo os ligados à pequenas e médias empresas?

**JMN** – Precisamos desenvolver mais a capacidade de empreendedorismo, de assunção de riscos aqui em Cabo Verde. Temos o problema de alguma exclusão do sector privado em relação ao crédito. As micro e PME têm grandes dificuldades de acesso ao crédito. E aqui teremos

(ainda na sessão do Conselho de Ministros desta semana aprovamos o plano estratégico de desenvolvimento do sector financeiro) que garantir o acesso ao crédito. Mas há uma questão que o sector privado tem de criar que é a acumulação. Temos de garantir a acumulação através da poupança, além da assunção de riscos no sector privado cabo-verdiano.

**CV** – Eu também considero que a competitividade é o nosso principal problema. Ela é sobretudo tributária da capacidade que nós tivemos de desenvolver os nossos RH. As infra-estruturas são importantes, mas se não tivermos gente para geri-las vamos ter elefantes brancos. Há necessidade, neste momento, de formação, qualificação formal. Já vivi essa experiência, a tensão que a educação, a saúde e a segurança põem, mas, no fundo, temos de fazer uma aposta muito grande na qualidade.

Temos de promover a mensagem de que a qualidade é fundamental. Volto a falar da Singapura. Na Singapura os capachos por onde a gente entra está escrito “Aqui a qualidade é fundamental”. Fazer com que as pessoas sejam excelentes, que lá onde cada um está ele deve zelar para que a sua parte seja bem feita porque, no fim, o conjunto será muito melhor. Temos no fundo que lançar esta mensagem e ela tem que se desenvolver e penetrar em toda a sociedade, na administração pública, etc., etc.

Já temos alguns empresários. A classe deve ampliar-se mais. Temos pessoas que estiveram muito rotinadas apenas na actividade comercial, mas já são pessoas com espírito empresarial. Têm um problema de acumulação, é verdade. Mas esse problema se pode resolver pela associação a outros empresários, nomeadamente estrangeiros, que têm essa capacidade. Sei, por exemplo, que nas Canárias este sistema funcionou. Hoje os canarinos são donos da sua economia, mas numa fase inicial associaram-se a outros empresários que tinham capital e aproveitaram o know how que os outros já tinham. Podemos ir por aí.

Mas também temos que aliviar um pouco os nossos empresários. Eu não acho que uma taxa de 30% para as empresas seja excessiva, e não sei se temos margens para baixar essa taxa abaixo de 30%. Mas em relação às pessoas singulares, acho que há uma pressão muito grande. Quase 50% daquilo que se ganha vai para os impostos. São os emolumentos notariais, são ad valorem, e agora os valores são muito maiores. Cerca de 3% do valor do empreendimento vão para gastos de notariado e registo. É muito. Nos portos, há as taxas portuárias, os empresários queixam-se bastante.

**AS** – O Estado em Cabo Verde ainda é muito sanguessuga?

**CV** – Sim, ainda é muito sanguessuga neste aspecto. No aspecto global do IUR não. Como disse não considero que 30% para as empresas seja excessivo. É claro que é sempre desejável. Se quer estimular a economia, se há margem, é desejável que se diminua. Mas são as folhas fiscais que as empresas consideram excessivas. Em relação às pessoas singulares, a classe média está a ser muito penalizada neste momento, talvez valesse a pena libertá-la. A classe média normalmente é criativa, e pode levar a sociedade com ela nessa libertação, nesse entusiasmo, e no empreendedorismo que é preciso estimular.

Estas são ideias que eu acho que valeria a pena discutir, tranquilamente, e ver o que podemos fazer para adequar o nosso sistema fiscal à nossa situação. Vamos ter agora o efeito da crise e eu acho que ele se vai manifestar sobretudo no custo do dinheiro. Não sei a nível da cooperação como é que vai ser...

**AS** – Cabo Verde precisa ou não de um banco de investimentos?

**CV** – Eu acho que precisa sim de bancos de investimentos.



**AS** – Mas quando se vê que o governo toma uma decisão e as CM bloqueiam e vice-versa, o que é?

**CV** – Eu acho que não se deve bloquear por bloquear. E sobretudo se deve funcionar institucionalmente.

**JMN** – Há algumas tentações, por exemplo, no licenciamento de algumas obras, as CM têm bloqueado. Há também um problema complexo que tem a ver com as matrizes.

**CV** – Aí o cadastro é fundamental.

**JMN** – O governo já mandou fazer inspeções há irregularidades graves nas matrizes. Hoje o que as pessoas nos dizem é que não há confiança nas matrizes municipais.

**CV** – Nem nos Registos. Temos de começar pela base. Por exemplo, a lei de cadastros.

**JMN** – Essa lei já está aprovada, está na PR para promulgação. Mas já temos os esquemas regionais do território, por exemplo, S. Domingos já tem o seu PDM homologado pelo governo. Há outros municípios a caminho, o governo começa a mobilizar recursos para a elaboração dos planos. Pouco a pouco, as coisas vão se

mentou e não temos recursos para investir mais. Em relação à segurança também. Saúde idem.

Com a graduação de Cabo Verde a país de rendimento médio, com a redução das ajudas ao desenvolvimento, Cabo Verde tem de ter capacidade de gerar riquezas para poder investir e só um país competitivo pode fazer isso. É claro que já estamos a modernizar as infra-estruturas, estamos a investir fortemente na qualificação dos recursos humanos, temos que garantir a regulação e a fiscalização a jusante de toda a economia, temos ainda de continuar a fazer fortes investimentos sociais, mas temos de ter uma cultura forte de trabalho, de produtividade.

Temos de elevar grandemente a produtividade de Cabo Verde para podermos ser competitivos. Mas há uma questão essencial, do meu ponto de vista, que é a governação. Cabo Verde tem de continuar a ter índices elevados de boa governação, que é, para mim, um bem essencial para nós. A boa governação no sentido de uma gestão sã e prudente das finanças públicas, controlar os principais indicadores macro-económicos, para garantir os equilíbrios fundamentais da economia.

“  
Há áreas extensas que foram vendidas e que não eram ZDTIs e nem estavam nos espaços de expansão urbana das cidades. E nós o que estamos a fazer? Há municípios que venderam todos os terrenos que não lhes pertenciam, nem estão na área de expansão urbana, neste momento estamos a negociar com os municípios a criação de ZDTIs...”

O OE que nós aprovamos no CM (Conselho de Ministros) vai reduzir substancialmente os impostos sobre os rendimentos, mesmo das pessoas colectivas. Vamos reduzir a taxa do IUR das pessoas colectivas de 30 para 25%.

#### AS – Públicos?

CV – Quanto a isso eu não faria questão. O Estado tem que ter capacidade de regulação para controlar as situações.

JMN – Eu queria dizer, em relação à reforma fiscal, está em curso uma reforma extremamente interessante no país. O Orçamento do Estado (OE) que nós aprovamos no CM vai reduzir substancialmente os impostos sobre os rendimentos, mesmo das pessoas colectivas. Vamos reduzir a taxa do IUR das pessoas colectivas de 30 para 25%.

CV – Vocês vejam lá (risos). Vejam lá.

JMN – Já fizemos um esforço na legislatura anterior, reduzindo de 35% para 30%. Porque aqui também precisamos de competitividade fiscal com alguns outros concorrentes de Cabo Verde.

CV – Trinta por cento já é bom.

JMN – Ainda não, e mesmo com 25% temos ainda de ir mais longe.

AS – Quer dizer que ele, dr. JMN, está a ser mais ousado que você, dr. CV.

CV – Tem de haver folga nas Finanças. Isso é que eu não sei.

JMN – E devo dizer-lhe que graças a boas políticas macroeconómicas vamos reduzir substancialmente o IUR sobre as pessoas singulares pela primeira vez.

AS – Em que proporção?

JMN – São vários os escalões, não há uniformidade nas reduções, mas nos níveis mais elevados poderão chegar a 10 por cento.

AS – É uma redução.

CV – Sem dúvida, é de facto excessivo o que se cobra actualmente.

JMN – É uma redução forte porque temos de ter algum gradualismo e temos de ter em conta a vulnerabilidade do país. Mas ao reduzir, no caso das pessoas colectivas, para 25%, e reduzir substancialmente os impostos das pessoas singulares, estamos a analisar um conjunto de taxas também para garantir a competitividade nalguns sectores importantes.

Portanto, já há espaço fiscal graças às reformas fiscais que foram sendo feitas, designadamente a redução do IUR que trouxe ganhos consideráveis, para a modernização do sistema de contribuição e impostos, mas também para a diminuição da carga fiscal. E agora estamos a trabalhar para a redução desses impostos, e com as reformas que vamos fazer no sector alfandegário por causa da convergência técnica normativa no quadro da OMC, ainda haverá mais reduções.

Devo dizer que em relação a esta matéria, Cabo Verde deve fazer um esforço para ter uma forte competitividade fiscal, não só na dinâmica interna, mas também para acompanharmos um pouco os concorrentes de Cabo Verde nesta região.

AS – Tem mais algum comentário, dr. CV?

CV – Eu fico satisfeito.

AS – Você é cidadão também.

CV – Com certeza. E não sou só cidadão, também vejo que a economia são as empresas que a fazem, o emprego são as empresas que os criam. Se houver mais empresas, se elas

se desenvolvem, vamos ter mais empregos, mais riqueza, a economia vai funcionar. Isso é desejável. Se o sr. PM diz que há folga nas Finanças, ótimo!

JMN – Eu queria falar também da e eu não sei se minha preocupação sobre a crise internacional não sei se a compartilha comigo. Nós estamos a ver neste momento falências de bancos, seguradoras, empresas de aviação civil – a British Airways está com sérios problemas, a Alitalia já se foi... É claro que isso terá reflexos em Cabo Verde, nomeadamente em relação ao crédito. Haverá fortes restrições ao crédito e haverá também menos disponibilidade de recursos para a cooperação internacional.

No caso concreto de Cabo Verde, ainda estamos a discutir com alguma ligeireza a crise internacional e o seu impacto na nossa economia. Mas temos a questão dos custos dos combustíveis. Neste momento o governo está a fazer um esforço no sentido de mitigar os efeitos da crise nos preços da electricidade e água. Estamos praticamente a cobrir o défice tarifário porque se repassássemos todos os custos aumentaríamos os custos de factores e penalizaríamos fortemente as empresas e as famílias. E há também o preço dos cereais, não muito discutido em Cabo Verde. Aqui nós conseguimos que em Cabo Verde, até Dezembro de 2008, tivéssemos reservas estratégicas que nos permitem aumentar o preço dos cereais em alguns casos menos de um terço daquilo que se aumentou nos mercados internacionais. Isto é um grande ganho para Cabo Verde.

Neste momento temos uma inflação elevada, as previsões agora apontam para mais de 6%, mas se expurgamos da inflação os preços da energia e dos cereais teríamos praticamente uma inflação praticamente nula, se não negativa em Cabo Verde. Significa que há um impacto da crise, mas significa também que a economia cabo-verdiana está a resistir. De tal modo que neste momento temos espaço fiscal suficiente para reduzir os impostos sobre as pessoas colectivas e sobre as pessoas singulares.

Do meu ponto de vista, Cabo Verde, todo ele, tem de acompanhar com muita atenção essa crise porque haverá reflexos no crédito e haverá, com certeza, reflexos na disponibilização de recursos para a cooperação internacional e haverá alguma recessão no crescimento mundial, apesar de Cabo Verde estar a crescer 7%.

#### Crise Internacional

AS – Há ainda uma outra crise a que não se referiu, a da imobiliária turística, ela também vai afectar Cabo Verde.

CV – Já está a afectar.

JMN – Sim, é verdade. Mas aqui vai permitir-nos dar um salto qualitativo. Porquê? O segmento que é afectado é o segmento mais baixo.

AS – Aqui em Cabo Verde?

JMN – Não, no mundo. O segmento mais alto é o segmento que não recorre a crédito, e esse segmento não tem tido muitos problemas.

AS – Olhe que alguns operadores com quem temos conversado já se queixam da venda no retalho aqui em Cabo Verde.

JMN – S- nos permitir alguma reconversão. De todo o modo, não é possível desprezar esse segmento que está em crise. Por exemplo, o Fortim já está vendido a 100%, e há outros empreendimentos desse nível que já estão vendidos a 100%.

AS – Quando diz que os cabo-verdianos não se aperceber da crise quer dizer o quê? As medidas amortecedoras do governo não lhes está a permitir ter a dimensão do perigo que correm?

JMN – Os cabo-verdianos raciocinam como se vivéssemos só no mundo. Como se não tivéssemos inseridos nessa economia global.

AS – O dr. CV partilha dessas inquietações?

CV – Com certeza que sim. A crise já se está a reflectir, de facto, na imobiliária turística. Na ilha do Sal e não só já há vários empreendimentos com problemas.

A crise vai obrigar-nos a reconfigurar as coisas. Temos de ser capazes de apanhar um nível mais elevado de clientes, com capacidade financeira muito maior, de nível de renda alta. Os grandes resorts, com campos de golfe, etc., é gente que acaba por ser afectada menos que os outros. Mas nós vamos ter problemas com o custo do dinheiro. O crédito está a ser mais difícil para os bancos lá fora. Pessoalmente, não vejo os nossos bancos a falirem.

AS – Aqui ainda temos excesso de liquidez nos bancos.

CV – Neste momento não sei, alguns bancos dizem que já sentem algumas dificuldades de refinanciamento. De todo o modo, se não sentem vão sentir porque eles refinanciam-se lá fora. Portanto, vamos sentir o problema. Aliás, o BCV já deu sinal – o dinheiro vai ficar mais caro. Felizmente, o combustível está a baixar, os cereais também, mas não se sabe, é tudo muito volátil. Portanto, temos que acompanhar a crise com atenção, não podemos menosprezá-la aqui.

AS – No seu tempo teve um choque que tenha comprometido as suas metas?

CV – Na altura houve um crescimento do custo dos combustíveis. De 30 escudos passou para três vezes mais, quase 90 escudos, e isso afectou-nos bastante. Neste momento estou preocupado com os combustíveis por causa da volatilidade. De facto, há muita especulação internacional aí. Mas sinto que nos devemos preparar para um outro aspecto da crise, naquilo que reflecte na economia, turismo, etc. Não podemos pensar que estamos fora disso.

AS – O facto de Cabo Verde ter a sua economia hoje, quase toda ela virada para o exterior, não lhe faz mais vulnerável? Essa crise não vem pôr em causa os alicerces da economia cabo-verdiana?

CV – Nós não tínhamos outra hipótese e continuamos a não ter (risos).

AS – Sr. PM, temos uma economia baseada no turismo e na imobiliária turística. A crise não vem exactamente mostrar que

devíamos ter alargado mais a nossa base económica. Porque há os países chamadas emergentes, como o Brasil, China e Índia que não estão a ser afectados, porque conseguiram criar uma base produtiva interna, mais diversificada...

JMN – Os dados da economia cabo-verdiana apontam, mais ou menos, os mesmos dados dos países emergentes. Neste momento, o mais importante para nós é transformar esta crise numa oportunidade para Cabo Verde. O nosso raciocínio deve ser orientado neste sentido. Tendo em conta que temos algumas vantagens, vamos diversificar um pouco a nossa economia. Não podemos ter uma economia estribada apenas no turismo.

A nossa estratégia é transformar Cabo Verde num centro de prestação de serviços, no domínio do turismo sim, mas um turismo de qualidade e de alto valor acrescentado, aí poderemos ser competitivos. A mesma coisa nos domínios dos transportes marítimos, serviços financeiros, pescas, tecnologias informacionais. O importante é aproveitarmos essa crise para criarmos oportunidades para Cabo Verde.

É isso que nós já começámos a fazer quando nós, por exemplo, discutimos com a China, de forma agressiva, a transformação de S. Vicente na sede da zona especial para esta sub-região. Vejam o sistema financeiro cabo-verdiano tem neste momento cinco bancos, 13 instituições financeiras internacionais, duas seguradoras. Precisamos, é claro, avançar alguns outros instrumentos como os fundos de pensões, o leasing, o factoring, etc. Cabo Verde tem condições para se especializar e se transformar num centro financeiro internacional credível e com qualidade.

CV – Só que nos faltam RH. Aqui é que está o nosso problema.

JMN – Sem dúvida. Eu tenho insistido com a Uni-CV para criar, e já está em processo de criação, a Escola de Negócios e Governação. Vamos precisar de engenheiros financeiros, de gente com especialização para desenvolver todo esse sistema financeiro. É claro que também há-de convir comigo que a governação de Cabo Verde está cada vez mais complexa. Precisamos hoje de muito mais assessorias do que há 10 anos atrás. São tantas as questões específicas e especializadas que estão a surgir sobre a mesa, com a crise, que teremos de encontrar soluções.

CV – É por isso que temos de melhorar a performance da nossa administração nestas áreas estratégicas. Neste momento vivemos um conjunto de problemas em diversas áreas, transportes marítimos, segurança, ou seja, temos de facto de fazer com que os nossos RH sejam de qualidade. É fundamental. Eu digo: depende só de nós. Eu sou optimista em relação ao futuro de Cabo Verde. Temos de incutir nos cabo-verdianos a consciência de que cada uma tem de fazer bem o que depende dele. Esta ideia é fundamental que seja disseminada na sociedade, para que, de facto, possamos competir. Nós temos é de competir pela qualidade, não temos outra solução.

Em relação às pessoas singulares, a classe média está a ser muito penalizada neste momento, talvez valesse a pena libertá-la. A classe média normalmente é criativa, e pode levar a sociedade com ela nessa libertação e nesse entusiasmo e no empreendedorismo que é preciso fazer.



# A formação dos jo

**AS - Quando o PM fala da necessidade de especialização, coloca-se o problema da formação profissional, sobretudo agora que os grandes empreendimentos estão a chegar. Há também o problema da educação. O sr. PM disse que o próximo OE reserva 23% para a educação. Mas temos mais escolas profissionais, além da escola de hotelaria?**

**JMN -** Relativamente à educação, desde sempre, Cabo Verde fez grandes investimentos. Veja, na abertura deste ano lectivo, inaugurámos mais quatro liceus, e lançamos as obras para a construção de mais quatro, todos modernos, com todos os equipamentos. O sistema de formação profissional e emprego está a estruturar-se. Também lançamos o Centro de Formação do Fogo, há a Escola do Turismo aqui na Praia, há uma rede privada que está a estruturar-se. Estamos a dar passos significativos no sistema de formação e emprego, estribado vários governos até este momento.

Há a Uni-CV, há os cursos pós-secundários de curta duração, que a Uni-CV vai abrir este ano em áreas como a construção civil, tipografia, etc., para injectar no mercado gente com mais qualificação. Cabo Verde vai ter dentro de pouco tempo escassez de mão de obra para os desafios que temos nos mais diferentes sectores.

**CV -** Deus o oiça, Deus o oiça.

**JMN -** O país deve preparar-se para a imigração, aliás, pela primeira vez na estrutura do governo há um ministro que se ocupa da imigração, tendo em conta mais este desafio para Cabo Verde.

**AS - Dr. CV, continuando com a imigração. É gente que vem ocupar espaço no mercado, no entanto continuamos com um grande exército de mão de obra, gente que termina o liceu e continua sem saber fazer nada. Não acha que se deveria dar mais atenção a esse domínio? Gostaria também de avançar para a cultura.**

**CV -** Cabo Verde sempre investiu na educação, desde a independência. E isso explica uma parte relevante dos resultados obtidos, mas também nessa área é necessário que a qualidade, de facto, se afirme. Temos que formar, formar, mas temos que formar bem. E sobretudo temos de ser capazes de aproveitar os nossos quadros de uma melhor forma.

Eu tenho o sentimento muito forte, que cada dia se consolida, de que o nosso sistema - geral, o país - como que engole os bons quadros. Temos quadros formados em boas universidades, com uma capacidade grande. Mas chegam cá e em um ano ou seis meses entram numa rotina em que já não são mais-valia. Há qualquer coisa que nós temos de fazer para que isso não aconteça.

Nós precisamos que as pessoas mexam com



o que existe para que o país avance. Eu tenho essa sensação, e ela me é também transmitida por muitos jovens quadros. Um até me dizia: "Cabo Verde engole a gente, mas eu não vou deixar ser engolido, eu venho aqui lutar contra o sistema". Eu respondi-lhe: "Ótimo, este espírito é extremamente importante". Eu creio que temos de fazer com que o sistema não engula a capacidade, e levar os novos conhecimentos a avançar.

Mas a nossa economia tem também que se diversificar. O apoio que se puder dar ao incentivo para as PME é fundamental, para se poder diversificar a economia. Não vejo que possamos fazer aqui grandes indústrias, salvo pequenas excepções, mas, se calhar, haverá pequenas coisas que podem ajudar a resolver um conjunto de problemas e criar uma base mais sólida para a nossa economia. Eu acredito que sim. Eu acho que o Brasil vai aguentar, Angola vai aguentar, e outros países emergentes vão com certeza aguentar a crise, têm uma economia mais diversificada...

**JMN -** E têm liquidez.

**CV -** Sim, têm liquidez, têm uma economia que se foi diversificando e podem hoje dizer aos EUA "você são os responsáveis pelo que se está a passar e têm de mudar o sistema".

## A regulação pelo Estado

**AS -** Aliás, esta crise nos EUA traz à tona a velha discussão do papel do Estado. Quando o país mais liberal do mundo nacionaliza bancos, intervém de forma tal, muita

**gente questiona se o papel do Estado estava efectivamente bem salvaguardada. O que acha disso?**

**CV -** Nos EUA é evidente que o regulador não funcionou. Por alguma razão se pediu a demissão dele. O candidato republicano chegou a pedir a demissão do chamado polícia da bolsa. É evidente que não houve regulação e as reacções vão no sentido de que é preciso aperfeiçoar a regulação. De facto, o que esta crise veio trazer é o papel fundamental do Estado enquanto regulador. Ele não pode despir-se desse papel. Essa lição terá que ser aprendida.

**AS -** Alguém uma vez disso que a regulação é um problema de direitos humanos?

**CV -** Não vejo porquê.

**JMN -** O sistema acaba de engolir os mais capazes porque não temos mecanismos em Cabo Verde de promoção do mérito, da avaliação do desempenho individual e acabamos por meter toda a gente no mesmo saco. Precisamos de melhorar o desenho das carreiras, todo o sistema de avaliação de desempenho individual e organizacional e criar condições para que aqueles que tenham mérito e capacidade possam ter espaços de criar e inovar.



Cabo Verde sempre investiu na educação, desde a independência. E isso explica uma parte relevante dos resultados obtidos, mas também nessa área é necessário que a qualidade, de facto, se afirme. Temos que formar, formar, mas temos que formar bem. E sobretudo temos de ser capazes de aproveitar os nossos quadros de uma melhor forma.

# ovens



E relativamente à crise, eu considero que a partir dela vamos repensar o papel do Estado. Aliás, o Fukuyama já começa a escrever sobre isso. Há falhas graves na regulação de todo o sistema financeiro e isso não é só nos EUA. Um pouco por todo o mundo ocidental descobre-se, agora, que há aspectos graves na regulação de todo o sistema. Mas também há a demissão do Estado em relação a um conjunto de questões essenciais onde ele devia ter um papel mais activo, designadamente na regulamentação e na assunção de algumas responsabilidades. De modo que eu acho que haverá com esta crise alguma reconceituação do Estado, na linha do que diz Fukuyama, reforçando a regulação mas também reforçando algumas funções importantes de fiscalização de todo o processo.

**CV** - Sem dúvida.

## Diplomacia, Cabo Verde país "ponte"

**AS** - Passemos para as relações externas. Cabo Verde na encruzilhada do mundo, entre as América, África e Europa. Recentemente foi assinado o acordo de parceria estratégica

**com a UE. Com as nossas relações privilegiadas com a Europa não corremos o risco de subalternizar os nossos laços com África? Qual a vocação de Cabo Verde entre os três continentes?...**

**CV** - A nossa vocação é claramente a de sermos ponte entre esses três continentes. Eu aprovo integralmente o acordo de parceria especial (PE) com a UE, para que tenhamos aí uma âncora. Todos os dados objectivos justificam essa solução. Não vejo como a PE deva prejudicar as nossas relações com a África. Aliás, do próprio acordo sobressai que Cabo Verde tem de estar enquadrado no contexto regional africano.

De todo o modo, o acordo em si, e por si só, não traduz, e nem deve traduzir, algum prejuízo nas nossas relações com a nossa sub-região e com o continente africano. Não penso que seja isso. A nossa vocação é sermos uma ponte, uma encruzilhada onde podem confluir os três continentes. Nós estamos no Atlântico numa posição excelente, estratégica e não só, de onde nos podemos relacionar com a África, América e Europa. Não temos que recusar nenhuma dessas ligações.

de guerra. Por isso, quando fazemos um balanço da CEDEAO ele é decepcionante. Por isso é que digo que ela tem de mudar.

**AS** - Mas mudar em que sentido?

**CV** - Ela tem de se debruçar mais sobre questões de desenvolvimento, segurança colectiva, etc. Eu, sinceramente, não vi isso no tempo em que assistí às reuniões da CEDEAO. Durante muito tempo a CEDEAO esteve parada. Depois há um desequilíbrio imenso dentro da CEDEAO - há um país imenso, que é a Nigéria, que tem um poder grande e por causa disso os interesses dos outros países não são tomados em consideração. Temos a agravante de não estarmos no continente. Há um conjunto de políticas que são tomadas, nomeadamente a nível das redes viárias, e Cabo Verde não beneficia disso.

**AS** - É isso que leva a se questionar a nossa presença na CEDEAO?

**CV** - Eu acho que é essencialmente isso. Sabe que a Mauritânia saiu, um pouco pelas mesmas razões. O problema essencial é esse, a CEDEAO não cumpriu a sua missão até hoje e precisa ser reformulada.

**JMN** - A parceria especial não põe em causa a participação de Cabo Verde no seu espaço regional. Aliás, um dos pilares importantes do acordo é a integração sub-regional tanto no espaço da CEDEAO, como da Macaronésia. E durante as negociações esse aspecto teve de ser explicitado para podermos convencer alguns países europeus da bondade desse acordo. Cabo Verde só é útil nesta região e no quadro da CEDEAO.

**AS** - Útil, para quem, os europeus?

**JMN** - Para a humanidade, para a Europa e para o próprio bem de Cabo Verde. Cabo Verde não pode viver isolado na sua própria região. Neste momento, com a paz, a CEDEAO já está a encontrar o seu caminho, já há avanços com a criação da Comissão. Neste momento já temos o presidente da Comissão da CEDEAO, com os seus comissários. Já há um avanço institucional que permite uma gestão mais capaz dos diferentes dossiers de desenvolvimento, cooperação e integração regional. Acontece que Cabo Verde tem dois problemas. Primeiro é um arquipélago, está fora. Segundo, não tem uma convergência económica institucional no quadro da CEDEAO, e isso muitas vezes dificulta a gestão do nosso relacionamento com a CEDEAO.

E relativamente à questão de sermos um pequeno país da CEDEAO e não beneficiarmos de alguns projectos estruturantes (por exemplo, a rede viária e outros), neste momento estamos a discutir, porque já pusemos o problema à CEDEAO, um tratamento específico a Cabo Verde. Segundo, estamos a trabalhar com a CEDEAO no



O sistema acaba de engolir os mais capazes porque não temos mecanismos em Cabo Verde de promoção do mérito, da avaliação do desempenho individual e acabamos por meter toda a gente no mesmo saco.

sentido de garantirmos um tratamento específico em relação a outros dossiers, como é o caso de circulação de pessoas nesta sub-região.

Nós também não participamos na região monetária e nem estamos a participar na segunda região que está agora em desenvolvimento, que é a ECO, porque temos a nossa moeda e estamos ancorados ao euro. Mas considero que a parceria especial com a União Europeia é mais um elemento de competitividade e reforço da nossa presença nesta região.

Aliás, nós desenvolvemos a PE paralelamente com uma outra política de vizinhança, que é reforçar as relações com os nossos vizinhos de África, mas também com o Brasil. E consideramos neste processo como países estratégicos para nós a África do Sul, Angola, Marrocos e Mauritânia, o espaço da Macaronésia, e, por consequência, Portugal, Espanha e França. Nós temos que desenvolver com esses três países europeus relações privilegiadas nos mais diferentes domínios.

Além disso, a PE despertou o interesse de outros países em relação a Cabo Verde. Veja que pela primeira vez tivemos a visita do PM de um país do Leste Europeu, a República Checa, e a única indicação que ele tinha era a PE. Temos agora grande interesse da Croácia, Eslovénia, das repúblicas bálticas em relação a Cabo Verde. Com a PE vamos desenvolver muito mais a projecção e a utilidade de Cabo Verde no mundo.

**CV** - A PE neste momento é fundamental. É um bom exemplo do que o consenso faz. Foi uma ideia lançada, com uma ou outra reacção, foi fazendo o seu caminho e de facto a sua concretização é um sucesso. Houve contribuições muito importantes que é preciso valorizar. Mostra que quando a gente se empenha nas coisas e trata-as com abertura, é possível chegar bem longe.

**JMN** - Há um aspecto que não tem sido devidamente valorizado em Cabo Verde que é a parceria para a mobilidade e que resulta da PE com a UE. Logo a seguir à sua assinatura, Cabo Verde foi escolhido como país ACP para estabelecer a parceria para a mobilidade. As pessoas ainda não sentem os resultados, mas há um trabalho de fundo, de modernização das nossas fronteiras, de securização dos nossos documentos (passaportes, etc.) e vamos ver dentro de seis meses, um ano, mudanças substanciais.

**CV** - Por isso é que a PE foi um passo fundamental. Nós não poderíamos deixar de fazer isso. Por isso é que na reunião dos ACP/UE, na República Dominicana, Cabo Verde bateu-se para haver a possibilidade de uma parceria com a Europa a várias velocidades. Os países que pudessem esperar o período transitório e os outros, mais avançados, deviam avançar. Foi fundamental fazer isso. Mas também foi fundamental o relacionamento de Cabo Verde com a UE. O Gualberto do Rosário empenhou-se bastante nisso, encontrou do lado da UE uma grande abertura, e o vosso governo continuou esse trabalho e estamos a ver os resultados que todos queremos. Isto é fundamental.

**JMN** - Em relação a isso há uma pequena nuance. No quadro do relacionamento com a UE, na década de 90, fez-se muito, mas não havia um conceito estratégico estabelecido em relação à PE. Falava-se e houve reacções, discussões, pronunciamentos, nomeadamente do dr. Mário Soares...

**CV** - De Mário Soares foi antes. Ele falou cá.

**AS** - Mário Soares falou disso há muitos anos.

**CV** - Sim, há muitos anos, ele falou isso cá, ainda na I República.

**JMN** - Sim, há esse pronunciamento de MS desde a I República, mas não havia um conceito estratégico em relação a esta matéria. Devo, todavia, valorizar o trabalho que se fez em direcção



# Defesa e S



**A Parceria Estratégica com a Europa neste momento é fundamental. É um bom exemplo do que o consenso faz. Foi uma ideia lançada, com uma ou outra reacção, foi fazendo o seu caminho e de facto a sua concretização é um sucesso. Houve contribuições muito importantes que é preciso valorizar. Mostra que quando a gente se empenha nas coisas e trata-as com abertura, é possível chegar bem longe.**

*Carlos Veiga*

à UE, em termos dos acordos de Cotonou, que foram importantes para o tratamento específico dos pequenos estados insulares, a importância do acordo de cooperação cambial com Portugal, mas considero que foi fundamental o desenvolvimento do conceito de PE que nós trabalhamos com a UE estribado nesse relacionamento que vinha de há muitos anos.

**CV** - Já naquela altura o conceito não era a integração na UE e nem podia ser. O conceito era ter um relacionamento especial com a UE, à imagem do que havia com o Marrocos. Isto não tira o mérito da diplomacia do governo do dr. JMN. Mas, de facto, gerou-se um consenso em torno disso.

Eu lembro-me na altura de falar com o presidente do PAICV, Pedro Pires, no sentido de que precisávamos avançar com as relações com a UE. Para já, o acordo de cooperação cambial com Portugal tinha como resultado que quando Portugal entrasse no euro nós avançaríamos também. Aliás, a UE deu o aval a que fizéssemos o acordo com Portugal. Para mim, é um bom exemplo de que pode haver consensos fundamentais para desenvolver o país.

**JMN** - Eu acho que sim, é importante haver consensos. Mas há um outro dado do nosso relacionamento com a Europa, nessa linha de ponte, que referiu o dr. CV, que foram os exercícios militares da NATO. Porque trabalhamos a PE e tivemos que desenvolver um conjunto de acções, nomeadamente os exercícios militares da NATO.

**CV** - Foram muito importantes.

**JMN** - Em África e em Cabo Verde foram um contributo importante.

**AS** - Mas as relações com a NATO ficaram por aí?

**JMN** - Há contactos exploratórios. Para Cabo Verde, sendo um país africano, e não sendo membro da NATO, não há mecanismos concretos de relacionamento. Mas devemos também aqui encontrar pistas.

**CV** - Foi importante termos feitos os exercícios aqui. Foi importante para a PE. Isso tornou mais sólida a necessidade desse relacionamento. Sei que foi assim e não tenho dúvidas quanto a isso. Cheguei a ser contactado para se saber qual era nossa opinião. Eu disse: "Com certeza que a nossa opinião é favorável, nós temos interesse nisso. A nossa opção é pela ancoragem e nós vamos para ela com todas as consequências".

**AS** - Falando em ponte, nós vamos fazer duas pontes. Uma daqui para a UE e outra para África. Mas há um aspecto menos bom que também nos assola na encruzilhada do Atlântico a que são os clandestinos, o tráfico de droga. Questões que interpelam a segurança. Quero saber o que pensam. Como é que Cabo Verde tem lidado com a segurança e como está a preparar-se para os problemas que chegam dos dois lados da margem.

**JMN** - A segurança foi o dossier mais importante que nos fez chegar à PE. E a estabilidade de Cabo Verde no quadro de um conceito de segurança cooperativa, porque se formos um país seguro esta região do Atlântico também será segura, como também a Europa e os EUA. Ou seja, há um interesse da Europa, dos EUA e mesmo dos países da CEDEAO na segurança e estabilidade desta região e particularmente de Cabo Verde que pode desempenhar um papel





# Segurança

importante. Mas nós temos alguns desafios de segurança aqui em Cabo Verde. Nas Grandes Opções de Defesa e Segurança Nacional, que aprovámos, a questão do tráfico e a criminalidade conexas e a questão da imigração clandestina surgem como duas ameaças importantes para a segurança nacional de Cabo Verde.

Relativamente ao tráfico, estamos a trabalhar para desenvolver um forte programa de cooperação com a Europa e os EUA e com esta região. Aproveito para anunciar que vai haver agora, no final de Outubro, um encontro internacional em Cabo Verde sobre esta problemática. Deverá vir o presidente da CEDEAO e o presidente da Comissão da CEDEAO e vários organismos internacionais. Devo dizer que Cabo Verde está a estruturar-se e tem tido ganhos importantes no combate a essa grande criminalidade relacionada com os tráficos, particularmente o narcotráfico e a criminalidade conexas. É claro que precisamos de muito, muito mais meios. E por causa disso estamos a trabalhar com a UE e os EUA para obtê-los.

Relativamente à imigração clandestina, também a parceria para a mobilidade vai permitir a securização dos nossos documentos, das nossas fronteiras e estamos a discutir com a CEDEAO o tratamento específico a dar a Cabo Verde no que toca às migrações, sobretudo ao tráfico das pessoas e imigração clandestina.

E sobre a segurança interna do país, aqui temos mais dificuldades, sobretudo em relação à pequena criminalidade. Mas estamos a agir, a robustecer a intervenção das políticas, dando-lhes mais meios para fazer face a essa criminalidade, que tem a ver sobretudo com a delinquência juvenil que se manifesta nos prin-

cipais centros urbanos. Ela tem a ver também com a precarização de determinados aspectos sociais nalgumas ilhas do país. O grande desafio de Cabo Verde é ganhar a batalha dessa criminalidade, mas estamos a fazer os esforços necessários, o reforço das polícias, dando aos tribunais e à Procuradoria Geral da República meios para fazerem o seu trabalho.

## Polícia Militar

**AS - Dr. CV, Cabo Verde é hoje um país seguro?**

**CV** - Gostaria de dizer que é muito seguro. Nós não temos os níveis de segurança que existirão noutros países. Mas, enfim, dentro das nossas condições, a situação degradou de forma muito grande. E acho que não devíamos tratar isso como pequena criminalidade, mas como criminalidade. É um dos problemas que nós temos que resolver, sobretudo porque uma das nossas vantagens é sermos um país seguro. Quando as pessoas já não podem circular em determinados espaços, sobretudo aqui na cidade da Praia, S. Vicente começa também a ficar muito complicado, é porque algo não vai bem.

As condições económicas explicam uma parte do problemas, mas também a fraqueza que as nossas polícias e os nossos tribunais têm revelado, em termos da sua actuação, pode explicar, tal como o relativo caos e desorganização das nossas cidades, com surgimento de bairros espontâneos sem condições, sem electrificação, criando um ambiente que não é humano, não é atractivo... As pessoas vivem no meio de si-

tuações muito degradantes e isso ajuda a criar esse caldo de cultura que dá nisso. Mas porquê a delinquência juvenil?

Os jovens que vivem nas cidades estão a atingir uma situação de desespero. Se calhar não estamos a conseguir levar-lhes uma esperança real, que eles possam acreditar. E aí surgem situações que levam a uma intervenção mais autoritária que, às vezes, acaba por gerar outras situações e entramos num círculo vicioso que é muito complicado.

Nós temos que apostar na nossa segurança interna. Esta tem que ser uma das nossas prioridades neste momento, sobretudo nas cidades. Mas tratando isso de uma forma que tenha em conta os diversos factores que acabam por confluir para esse resultado. O Estado, os municípios, a Polícia, os tribunais, a comunicação social, as escolas, todos têm responsabilidades. Há uma erosão de valores que acaba por explicar isso. Não se pode atribuir a responsabilidade apenas a uma entidade ou a uma pessoa. Não é nada disso.

Este é um problema global que afecta todos nós e todos temos que trabalhar para que efectivamente as causas dessa situação desapareçam. Eu não sei se toda esta situação não nos deveria levar a reequacionar o próprio conceito de segurança e defesa. Dizer que a Defesa visa os nossos inimigos externos e a Segurança tem a ver com as perturbações internas, sinceramente, não sei.

**AS - Já agora como vê ou viu o recurso à Polícia Militar nesta crise?**

**CV** - Eu acho que não é ilegal. Como houve essa necessidade, não posso dizer que seja contra. Mas não penso que seja eficaz. Para mim é que isso traduziu, de alguma forma, a ideia que a PN falhou. Você teve que recorrer a uma outra instituição que não está tão talhada para essa função. O militar é treinado para disparar contra o inimigo, no fundo é isso. Aqui não temos um inimigo, temos um cidadão que é delinvente, mas não é bem um inimigo. Precisamente por isso, é que devemos discutir o que é a Segurança e o que é a Defesa. Se para as condições próprias de Cabo Verde não seria melhor ter um outro tipo de instituição para lidar com o problema da segurança.

**AS - Repare no Brasil, e o dr. JMN conhece esta experiência, a Polícia Militar actua normalmente, no dia a dia, ao lado de outras forças policiais.**

**CV** - Sim, eu sei. A PM no Brasil é uma coisa muito especial.

**JMN** - Tipo Guarda Nacional.

**CV** - Eu não sei se nós não poderíamos pensar nisso. Temos recursos distribuídos para duas instituições, podemos dizer que uma não está a ser capaz, a outra está pouco usada na sua finalidade própria. Eu não sei se não deveríamos falar nestas coisas.

**JMN** - Eu aqui tenho algumas nuances. Há várias razões, uma textura social, para explicar a questão da segurança nas cidades em Cabo Verde. Isso tem a ver com o processo de desenvolvimento das nossas cidades, a desestruturação das famílias, etc., etc. Mas relativamente aos jovens eu não sei bem se é uma situação de desespero. Há outros elementos de psicologia social que poderão explicar esta situação. Até porque temos outras situações, de jovens de famílias possedentes e de pessoas com outras condições...

**CV** - Materiais.

**JMN** - Sim, materiais.

**CV** - Mas não é isso que está em causa. É claro que haverá gente pobre, gente rica, mas não é só isso.

**JMN** - Portanto, há um conjunto de questões de ordem social que explica esta delinquência juvenil nas cidades. Eu acho que em relação à criminalidade não pode haver titubeio, tem de haver firmeza. Não há espaços em Cabo Verde para se falar em intervenções autoritárias. Não.



... a PE despertou o interesse de outros países em relação a Cabo Verde. Veja que pela primeira vez tivemos a visita do PM de um país do Leste Europeu, a República Checa, e a única indicação que ele tinha era a PE. Temos agora grande interesse da Croácia, Eslovénia, das repúblicas bálticas em relação a Cabo Verde. Com a PE vamos desenvolver muito mais a projecção e a utilidade de Cabo Verde no mundo.

*José Maria Neves*



Naquilo que chama a grande criminalidade (tráfico de droga, etc.), os tribunais funcionam. Mas estamos a falar noutros tipos de criminalidade e é esse que cria a sensação de insegurança maior. Não digo pequena porque já não é pequena. Já há gente que morre, já há gente que é assaltada em frente às esquadras, nos espaços de convívio público...

Há, sim, firmeza na intervenção. Aqui não pode haver precarização da intervenção do Estado. Se houver perdemos o controlo da situação.

**AS - Mas não é o Estado que deixa as coisas chegarem a um ponto para depois chamar a PM?**

**JMN** - Relativamente à PM, eu queria desmistificar uma coisa. APM já vem intervindo há muito tempo. Sempre que há grandes acontecimentos a PM intervém. É o caso dos festivais, há uns dois anos atrás a PM, complementarmente, apoiou a PN, particularmente aqui na cidade da Praia. E mais do que isso, eu estou de acordo que devemos repensar essa questão da Defesa e Segurança em Cabo Verde. Um pequeno Estado como nós tem de pensar muito bem e fazer alguma economia institucional nesse sector. Mas nós já temos a reforma em curso, que neste sector tem de se fazer de forma gradual. Já temos, por exemplo, a nova lei orgânica das FA, que estriba as FA na Guarda Nacional e na Guarda Costeira. E essa PM, que integra a Guarda Nacional, está a ser preparada com gente especializada, designadamente da GNR (Portugal) para servir de força complementar à PN. Agora temos de gradualmente ir aperfeiçoando esses mecanismos de intervenção.

Por outro lado, não considero que haja fraqueza da PN e dos tribunais. Eu acho que tem havido um crescimento vigoroso da PN, após a sua criação e integração nela das várias polícias. Há um desenvolvimento da Polícia Judiciária. E há um desempenho notável dos tribunais, sobretudo em relação à grande criminalidade.

Mas há um problema em relação a esta pequena criminalidade. Não se tem uma resposta rápida dos tribunais. Quando, por exemplo, um delinquente é preso fora de flagrante delito e não há provas materiais, o tribunal liberta esse delinquente e depois demora muito tempo para fazer o julgamento. E isso cria um sentimento de impunidade no seio das pessoas. Aqui é que eventualmente teremos de agir no sentido de levar os tribunais a agirem mais rapidamente em relação a esses delinquentes.

**AS - Isso implica uma mexida no Código Penal?**

**JMN** - Na análise dessa matéria, eu não acho que cada vez que houver problema tem de se mexer na legislação, e nem tenho uma perspectiva muito securitária da segurança. É claro que os códigos não são imutáveis.

**AS - Em Portugal tiveram que fazer isso.**

**JMN** - Havendo, por exemplo, necessidade de mexer num ou noutro aspecto do código para aperfeiçoar um ou outro aspecto que resulte num bom funcionamento dos tribunais poderemos avançar neste sentido.

**CV** - Naquilo que chama a grande criminalidade (tráfico de droga, etc.), os tribunais funcionam. Mas estamos a falar noutros tipos de criminalidade e é esse que cria a sensação de insegurança maior. Não digo pequena porque já não é pequena. Já há gente que morre, já há gente que é assaltada em frente às esquadras, nos espaços de convívio público...

**AS - E mais, está a mexer na liberdade das pessoas de livre circulação.**

**CV** - É verdade. Nisso é que a imagem da PN falhou e chamou-se a PM, as FA. A PM tem intervindo, é verdade, há já algum tempo; às vezes, com efeitos contraproducentes. Pode criar, outra vez, um círculo vicioso que gera mais problemas. No fundo, estou a questionar se devemos ter duas instituições. Porquê não conjugar os recursos? Estamos a ver que a criminalidade está a mudar. Há práticas que antes não havia e que agora estamos a ver. Temos que prevenir isso. Claro que para os tribunais, se não se lhes apresentam as provas, eles acabam por os absolver. Estão a fazer o seu papel. Não podemos querer que os tribunais condenem gente sem provas.

Primeiro tem de se trabalhar na prevenção e segundo tem de se dotar a nossa Polícia, sobretudo a PJ, com recursos técnicos para que, efectivamente, a prova do crime seja feita com a oportunidade que os tribunais de facto têm. Os códigos neste momento têm soluções que podem facilitar um julgamento mais rápido. Porque o MP pode, penso eu, pedir a possibilidade de um processo mais sumário, mais acelerado, desde que haja efectivamente provas.

Estou de acordo consigo em como não se deve mexer nos códigos sempre que ocorra uma situação. Os códigos têm que ter alguma vigência, a própria jurisprudência deve procurar adaptá-los à realidade, portanto, não há que estar a mexer todas as vezes que pontualmente acontece alguma coisa.

**AS - Há quem afirme que a nossa CR é rígida e protege em demasia o criminoso.**

**CV** - Eu acho que não.

**Buscas e extradição**

**AS - A CR quando, por exemplo, impede buscas domiciliárias à noite, quando ao impedir a extradição de nacionais cabo-verdianos nos coloca o problema de estarmos a abrigar criminosos de nível internacional e de grande perigosidade. Não é preciso rever isso?**

**CV** - Há aqui duas questões diferentes - a extradição e as buscas. Em relação à extradição o problema é se devemos ou não extraditar os nossos nacionais. Aqui eu tenho sérias dúvidas se devemos ou não extraditar os nossos nacionais, sobretudo sob pressão. O julgamento que ocorreu em S. Vicente, do meu ponto de vista, é bem elucidativo de uma solução. Quer dizer, a justiça cabo-verdiana é capaz de julgar essas pessoas, condená-las com uma pena dura. A justiça cabo-verdiana, repito, é capaz de fazer isso.

**AS - Mas vamos ter que abrigá-los cá.**

**CV** - Mas são cabo-verdianos. São delinquentes, muito bem, mas nós não podemos expulsar cabo-verdianos.

**AS - Um indivíduo que, na Holanda, arriscava à prisão perpétua, aqui apanhou apenas 25 anos.**

**CV** - É evidente, aqui nós não admitimos a prisão perpétua. Esta é uma opção.

**AS - Mas ele merecia mais, não acha?**

**CV** - Talvez. Eu não creio que depois de 25 anos seja muito relevante. Eu não teria nada contra. Mas 25 anos de cadeia já é uma pena forte. E é um sinal para os criminosos porque o tribunal deu a pena mais grave que está no Código Penal. Cabo Verde não pode ser um lugar que acolhe cabo-verdianos criminosos impunemente. Isso nós não podemos permitir. Mas a questão é esta: devemos extraditar cabo-verdianos?

**AS - E qual é a sua opinião sobre isso?**

**CV** - Eu não tenho posição fechada sobre isso. Isso se estabelecermos o princípio de que ao extraditarmos temos de estabelecer um conjunto grande de condicionamentos. Penso na reciprocidade, tal como já existe hoje quando se extradita um estrangeiro, a garantia de que terá um processo justo.

**AS - Isso coloca o problema da adesão de Cabo Verde ao Tribunal Penal Internacional, não?**

**CV** - Não, não coloca. Há uma distinção entre a extradição e a entrega. No caso do

TPI estamos a entregar alguém a um tribunal de que somos parte. Eu defendo que não são situações iguais. Por isso não acho que seja necessária nenhuma revisão da CR para se entregar alguém ao TPI. Quanto à extradição estamos a entregá-lo a um outro país. Claro que você pode dizer que ele cometeu o crime lá, mas está cá.

Nós não estamos sozinhos na proibição da extradição. Esta é uma posição que vem desde o primeiro dia da independência de Cabo Verde. Com isso o cabo-verdiano sente, no fundo, que o seu Estado o protege. É claro que não vamos proteger criminosos. A pessoa é julgada aqui e condenada se preciso for.

Mas eu, como disse, não tenho uma posição fechada. Há contextos em que se poderia aceitar a extradição, nomeadamente num contexto da CEDEAO de que fazemos parte, mas sempre rodeado de muitas cautelas. Eu tenho é receio de, sob pressão, acontecerem situações que depois não queiramos.

Em relação às buscas domiciliárias à noite. Esta é uma disposição que se pode flexibilizar relativamente a certos tipos de crimes. Mas não creio que se deva abrir muito, porque é muito fácil abusar deste tipo de situações. Portanto, sou favorável a que se possa flexibilizar essa norma relativamente a alguns tipos de crime, designadamente organizações criminosas. E, como dizia um colega meu, não cabo-verdiano, "isto não é problema porque basta que na capa do processo se escreva que é 'Organização Criminosa', para fazer-se a busca, mesmo que depois se venha a concluir que não havia organização nenhuma". Portanto, pode gerar abusos. Se calhar temos que ser flexíveis nesta matéria, mas com alguma cautela.

**JMN** - Eu também tenho sérias dúvidas se devemos extraditar cabo-verdianos. O que devemos fazer é criar as condições aqui no país para perseguir, e julgar convenientemente todos aqueles que, eventualmente, queiram utilizar Cabo Verde como refúgio. Cabo Verde não pode, de modo nenhum, ser refúgio de criminosos de que nacionalidade seja. Mas sendo Cabo Verde uma nação global, um país de diásporas, temos de considerar os cabo-verdianos que residem aqui e os que estão lá fora. E havendo o cometimento de um crime grave lá fora e o presumível assassino fuja para Cabo Verde, o nosso sistema

... há um problema em relação a esta pequena criminalidade. Não se tem uma resposta rápida dos tribunais. Quando, por exemplo, um delincente é preso fora de flagrante delito e não há provas materiais, o tribunal liberta esse delincente e depois demora muito tempo para fazer o julgamento. Com isso há a criação de um sentimento de impunidade no seio das pessoas.



tem de ter condições para o perseguir e julgá-lo de acordo com as leis cabo-verdianas.

Nesta questão temos de proteger o nosso país. Muitas das pressões que eu tenho visto são preconceitos em relação à capacidade de Cabo Verde perseguir e julgar aqueles que eventualmente prevaricam lá fora. Existe alguma desconfiança em relação a um país africano, que é Cabo Verde. Por isso nós temos que defender o prestígio de Cabo Verde e o prestígio das nossas instituições. Neste tipo de questões, complexas geralmente, a solução é a mais fácil. "Bom, cometeu o crime lá fora, é um grande criminoso, então que vá lá fora ser julgado". Pelo contrário, este deve ser um elemento de orgulho de Cabo Verde: perseguir, prender e julgar aqueles que estiverem nesta situação. E não é por acaso que desde a independência que temos esse princípio na nossa CR. Portanto, devemos ter esse princípio em devida conta. E devemos também analisar essa problemática, se porventura criarmos algumas exceções, elas devem ser devidamente condicionadas. Esta é a minha posição relativamente à extradição.

Em relação a outras matérias, designadamente a busca domiciliária à noite, aqui, no que concerne à lei de investigação criminal e à lei de segurança interna, os actores políticos deviam fazer um pouco mais de esforço para termos um entendimento mais amplo e garantirmos o robustecimento das instituições de investigação criminal dando-lhes alguns meios para poderem agir. É claro que nós devemos evitar abusos nesse domínio delicado aqui em Cabo Verde. Mas temos de procurar um equilíbrio mais forte entre os direitos dos cidadãos e a necessidade de garantirmos a segurança das pessoas e dos bens aqui em Cabo Verde. Por isso defendo que devia haver alguma flexibilização e dar instrumentos em sede de investigação criminal, designadamente a PJ, para agir, mas sempre, e sobretudo, com mandado judicial para realizar essas acções.

**CV - Com certeza.**

#### Serviços de Informação

**JMN** - Poderíamos ir mais longe também em relação aos Serviços de Informação da República (SIR). Há ainda muita desconfiança e preconceitos em relação a este tipo de organismo.

**CV** - Eu acho que não.

**JMN** - No debate, no parlamento, percebeu-se isso.

**CV** - Eu acho que não.

**JMN** - Veja a nossa lei, em muitos aspectos é muito mais ténue do que a lei portuguesa. Mas há dias eu assisti a um debate de especialistas nesta matéria em relação à lei portuguesa em que diziam que esse é o único serviço de informação da República de toda a UE que não tem possibilidade de fazer escuta. E aqui há a questão da cooperação. Um serviço de informação especializado só se relaciona com o serviço homólogo de outro país. Esse serviço homólogo tem de dar-lhe garantias, determinadas condições, para poderem trabalhar em articulação. Aqui também poderíamos ir um pouco mais longe. Mas há ainda alguma desconfiança e preconceito em relação a esta matéria, que os actores políticos devem ultrapassar tendo em atenção a complexidade do problema da segurança.

**AS - A que preconceitos se refere?**

**JMN** - Têm a ver com, e isso se passou em Portugal, a polícia política. Aqui fala-se do tempo do partido único, dos serviços de segurança, etc. Há preconceitos e receios. Aliás, quando eu assumi o governo recebi um dossier...

**CV** - Avançado.

**JMN** - Avançado em relação aos SIR, mas havia alguns receios e medos. Mas agora temos que avançar porque a ausência de um serviço de informações prejudica a nossa cooperação com um conjunto de serviços a nível internacional e precisamos rapidamente de ter determinadas informações. Se um serviço de informação nos pedir determinada informação não podemos dar porque temos que ir pedi-las à PJ para depois entregá-las. Temos de ter outros meios de actuação. Não estou a defender a impunidade. O governo, particularmente o seu chefe, deve ter nas suas mãos alguns instrumentos para agir neste domínio.

**AS - Dr. CV, não acha que esta seria também uma forma de nos proteger, hoje, sendo nós um país aberto ao mundo, exposto a vários perigos. Não acha que com isso o país evitava alguns vendedores de banha de cobra que por cá vêm parar?**

**CV** - Com certeza. É claro que o país tem de ter um SIR. Aliás, o dr. JMN disse que recebeu de nós um dossier neste sentido. Os SIR, em

países que houve essa tradição de polícia política, às vezes criam esse tipo de problema. Como se faz para ultrapassar isso? Criando um clima de confiança, fazendo participar o parlamento no controle, fazendo com que a oposição participe no controle. Mas esta é uma responsabilidade do governo.

Eu estou de acordo com a existência dos SIR, com os devidos controles. Há coisa que não poderá fazer, não pode interrogar pessoas, etc., mas tem que obter informações que sejam prévias ao acontecimento. Acho que se pode criar um consenso facilmente nesta matéria desde que se crie um ambiente de confiança.

**JMN** - Neste caso não há problema. A nossa lei prevê o controle do parlamento, da PGR...

**CV** - Mas tem de se fazer a oposição participar activamente.

**JMN** - Claro, através do parlamento, de uma comissão.

**CV** - Mas esse organismo de controle tem de funcionar.

**JMN** - No próximo ano teremos instalado o SIR, não temos muita experiência nesse controle, senão...

**AS** - Senão não é SIR. (risos)

**CV** - Mas temos de tentar. Mas temos de tentar...

**AS - Nem que seja à cabo-verdiana.**

**CV** - Mas tem de existir. Eu acredito que sim, é possível encontrar gente responsável para isso.

**JMN** - Ainda relativamente à segurança, há um aspecto que gostaria de me referir, que tem a ver com a Polícia Militar. Pode-se falar na eventualidade da PN não estar a cumprir o seu papel, pelo menos no imaginário das pessoas, daí a necessidade de recorrer à PM, mas eu devo dizer o seguinte: nós por ano formamos 120 polícias, mas ainda estamos muito aquém do número de efectivos necessários para a PN e não temos capacidade para formar muito mais do que isso. Este ano vamos fazer uma formação extraordinária de 180 agentes para destinar à Praia 60, mais os outros efectivos que serão destinados à Praia no quadro dos restantes 120. Há uma grande rotatividade do pessoal policial.

O que existe efectivamente na Cidade da Praia neste momento é escassez de efectivos. Não temos efectivos suficientes na PN para garantir

o nível de serviço que nós precisamos. Portanto, é necessário essa complementaridade com a PM para robustecer o trabalho policial sempre sob a direcção da PN, conforme determina a CR. Mas esses militares terão de ser preparados, e estão a sê-lo, para fazer esse trabalho. Porque aqui não podemos titubear. Havendo meios disponíveis e havendo necessidade de intervenção, teremos de fazê-lo para garantir a segurança das pessoas.

**CV** - Como eu disse, eu não sou contra o uso da PM e ela está prevista na CR e nas leis. Esta foi uma questão sempre clara quando se esteve a fazer as leis. Eu não sou contra. Se calhar chegou o tempo de se pensar no sistema na sua globalidade para, com um mínimo de economia institucional para nós, termos o conjunto de elementos de que precisamos.

**JMN** - Eu estou de acordo que deve haver um consenso no sentido da reforma das FA evoluir para uma Guarda Nacional, que tenha um corpo profissional, tipo GNR, e outras valências, designadamente Guarda Costeira, e algumas outras funções de soberania que são importantes para um país como Cabo Verde. E neste sentido devemos ir o mais depressa possível.

**AS** - O SIR, como aqui se viu, é um dossier que vem do primeiro governo da II República. O cidadão comum, às vezes, não entende por que se leva tanto tempo para se resolver determinadas questões.

**CV** - Isso é normal num país como Cabo Verde.

**AS - Mas também recordo-me do problema da energia, da Electra. Este é um problema que se arrasta desde 1975. Será isso tudo um problema de engrenagem do sistema, será que a oposição e a situação têm privilegiado os problemas reais de Cabo Verde em detrimento de jogos e estratégias partidárias?... Há nisso tudo avanços e recuos difíceis de compreender para quem está de fora. Será este o caso?**

**CV** - Em relação ao SIR faz parte de questões culturais, que têm a ver com a nossa história, com tudo o que aconteceu em Cabo Verde e que temos de reconhecer todos. Esta é uma matéria que terá de ser trabalhada para haver consensos e virá tempo em que se chegará à conclusão que o SIR é algo que tem de existir em Cabo Verde.

**CV** - Em relação à Electra, a gestão de serviços fundamentais em Cabo Verde é muito complicada sobretudo quando se trata de ser-

# Electra, um cancro

viços essenciais como a energia eléctrica em que se tem situações cancerosas que vêm quase desde o princípio. Não penso que esta situação deva ser utilizada como arma de arremesso político. Tem que se ser capaz de resolver. Estamos a dar uma má imagem de nós todos. Desde a independência que a gente não consegue resolver o problema da energia eléctrica aqui na Praia, por exemplo. Resolvemos muitos outros problemas, tivemos sucessos em muitas outras matérias, mas nesta nós estamos numa situação que é vergonhosa para todos. E o que fazer? O que fazer?

**AS - Isto é que nós queremos saber. (risos)**

**CV - Isto é muito complicado.**

**AS - Apoiou ou desaprovou a “nacionalização” da Electra depois da má experiência com a EdP/ADP?**

**CV - O processo foi mal conduzido desde o início.**

**AS - O processo de ruptura ou o processo da vinda dos portugueses para cá?**

**CV -** Todo ele. No fundo, os parceiros não funcionaram como parceiros no início. As empresas primeiro têm que funcionar como empresas. Elas, a ADP/EdP, não funcionaram como empresas. Alguns custos não foram repercutidos, tiveram problemas, e acabaram por tornar impossível os investimentos que tinham de fazer, chegando a uma situação insustentável em termos de serviço prestado. Nacionalizou-se, se podemos chamar isso de nacionalização, mas essa solução trazia com ela os germens de outros problemas. Quem ia fazer os investimentos que eram necessários e que continuam necessários, e depois assumir os custos que eram do parceiro externo? Neste momento temos uma situação extremamente delicada. Eu acho que teremos de partir para uma solução criativa, diferente.

Devemos começar a questionar-nos se faz sentido uma empresa só, para todo o país, para as áreas de energia, água, saneamento... Faz sentido concentrar quando você tem capacidade de gestão e de investimento. Teremos que temos neste momento estes três sectores tão fundamentais concentrados numa única empresa cuja capacidade de gestão nós não ter garantias? Este é um dos grandes desafios que temos pela frente e em relação aos quais não acredito que em Cabo Verde não tenhamos capacidade para encontrar uma solução equilibrada.

Já vi que em relação a Boa Vista vai-se criar uma solução de quase cisão, uma estrutura própria. Este pode ser um bom caminho. Mas teremos de analisar isso sem politizar a questão, trata-se de uma questão fundamental, que, em termos de imagem de Cabo Verde, é muito má. A nossa capacidade de gestão também é má.

**JMN -** Relativamente à Electra, em empresas desta natureza, quando há uma grande deterioração organizacional, depois fica extremamente difícil resolver os problemas. Há aqui alguns processos que foram mal conduzidos. O primeiro tem a ver com a integração das empresas municipais, da forma como foram integradas, na Electra. Foi a integração de um somatório de ineficiências numa empresa como a Electra. Portanto, criou-se uma nova empresa com essa integração à nascença, sem condições organizacionais porque integrou-se um conjunto de ineficiências de serviços municipais completamente vetustos e sem condições de funcionalidade empresarial. Esta é a primeira questão.

A segunda questão tem a ver, efectivamente, com a parceria estratégica. Os parceiros desde o primeiro momento não cumpriram. Não fizeram desde 1999 os investimentos que deveriam fazer. Os investimentos feitos em 2002 e 2003, no valor de quase 80 milhões de euros, deviam ter começado em 1999. Portanto, na ausência desses investimentos, criou-se à partida uma situação de grave desfuncionalidade no sector.

Depois, com a realização desses investimentos e com a privatização parcial das duas empresas portuguesas, que antes eram públicas, elas desinteressaram-se completamente de Cabo Verde. Deixaram de fazer os investimentos e disseram-nos claramente que este era “um negócio de loucos” e que não estavam interessados na sua prossecução. Portanto, não havia outra solução para Cabo Verde, senão a negociação para a saída desses parceiros, que num primeiro momento continuaram como parceiros técnicos, e procuráramos soluções para a empresa.

Mas quando saem os parceiros estratégicos há avultadas dívidas da Electra junto às petrolíferas. A Electra deve quase um milhão de contos às petrolíferas. A grande fatia dessa dívida vem da altura da parceria estratégica e não de agora. Porque, depois da assunção da Electra, o governo passou a ajudar a Electra e a própria empresa passou a assumir as suas responsabilidades.

Mas há outros problemas mais graves. Desde a criação da nova Electra com as empresas municipais, a Electra não cobrou dívidas às CM, não cobrou aos privados - neste momento só os privados devem, de 2000 a esta parte, cerca de dois milhões de contos.

**AS -** Que privados, empresas?...

**JMN -** Sim, empresas, pessoas singulares...

**CV -** A pessoas singulares a Electra corta.

**JMN -** Mas há ainda dívidas. Foi a partir de um determinado momento que passou a cortar. Não se resolveu o problema da iluminação pública. A dívida aqui é de 500 mil contos.

**AS - Mas essa dívida é de quem, das CM ou do governo?**

**JMN -** É das CM...

**CV -** As CM deveriam repercutir nos cidadãos.

**JMN -** Aqui, como se diz em economia, não há almoços grátis. Por exemplo, diz-se que é mais fácil introduzir uma taxa. Se a CM pagar a iluminação pública, a CM vai cobrar à Electra a utilização dos espaços aéreos e de subsolo e a Electra repercute isso na tarifa. Portanto, é este o mecanismo para se pagar a iluminação pública. Se não for de uma forma é de outra.

Portanto, há essas dívidas, de modo que a Electra chegou a uma situação de profunda deterioração organizacional. E mais: não fez os investimentos que deveria ter feito. A rede é velha e não aumentou a capacidade de produção. O problema neste momento de crise é o que fazer? Estamos a mobilizar recursos para injectar na Electra cerca de um milhão de contos e assim suprir as suas necessidades de tesouraria.

Segundo, é ter um plano de cobrança das dívidas. Terceiro é resolver claramente a questão da iluminação pública. Aqui terá de haver um consenso, ou através da taxa, ou através da tarifa. E em quarto lugar, não necessariamente por esta ordem, é proceder a uma profunda reengenharia organizacional da Electra. Neste momento o assunto está em estudo e até Dezembro tomaremos uma medida em relação à Electra.

## Electra holding

Em termos de cenários, é ter uma Electra Holding, com empresas por ilha. Já se criou a empresa da Boa Vista, vai-se criar as de Santiago, Sal, S. Vicente, etc. As empresas de cada ilha serão uma parceria público/privado em que a Electra tem uma participação minoritária e os privados a maioria para produzir energia eléctrica e a Electra será sempre concessionária de redes para distribuição e gestão de redes. Repito, vamos ter empresas por ilha.

**CV - Essa é uma solução preferível, mas atenção os municípios devem participar.**

**JMN -** Eles participam.

**CV -** Mas não é a mesma coisa. Eles neste momento já participam na Electra. Nisto quem é o rosto da responsabilidade, aqueles a quem os cidadãos se dirigem quando lhes falta luz, na ilha ou no município, é o presidente da CM. Da mesma forma que na Sociedade de Desenvolvimento, os municípios devem estar presentes nessa solução para a Electra. A Electra deve estar, mas também o município tem que ter lá gente para assumir a responsabilidade.

**JMN -** Talvez seja uma solução que se deva analisar e discutir. Uma outra vertente importante neste momento, em estudo, é uma empresa de águas, para cuidar da água, mas de uma forma integrada. Desde a independência espartilhamos a gestão da água. Na água de subsolo temos o INRGH, na água dessalinizada a Electra, e em toda a problemática do tratamento e utilização das águas residuais temos numa parte a Electra, noutra parte o Ministério do Ambiente. A ideia é criar uma empresa para cuidar disso tudo.

Além disso, temos uma perspectiva empresarial para a construção de barragens, de preservação e utilização das águas superficiais e residuais. Ou seja, já estamos a construir soluções, só que elas são suficientemente custosas e exigem uma grande capacidade de mobilização de recursos, que só através da parceria público/privada poderemos chegar lá.

Uma outra medida importante é que vamos introduzir parques eólicos na Praia, no Sal e em S. Vicente. Vamos entrar fortemente na energia renovável. Já estamos a fazer a campanha para a eficiência energética. Acho que podemos poupar suficiente energia e o governo vai distribuir milhares de lâmpadas de baixo consumo. Há ainda a forte aposta, num curto espaço de tempo, na energia renovável. Já estamos a trabalhar com parcerias da Holanda, empresas, para avançarmos neste sentido.

Enfim, apesar das pressões do Banco Mundial e do FMI, devemos ter uma política de moderação em relação às tarifas de energia e água em Cabo Verde porque é um factor de competitividade neste momento de arranque da nossa economia, mesmo que o Estado tenha de assumir parte do défice tarifário.

**AS - Concorda com isso, dr. CV?**

**CV -** Eu concordo. Aliás, a empresa que gere a electricidade e água deve ter tarifas compatíveis com os custos. O Estado, se quer a moderação, tem efectivamente de entrar. E eu creio que este foi um dos problemas iniciais [com os parceiros da Electra]. Inicialmente, também foi claro para nós, naquela altura, que os parceiros não estavam a cumprir. Por isso é que o contrato de concessão não foi feito. O dr. Gualberto do Rosário era primeiro-ministro e ele travou o processo. E o contrato veio a ser celebrado pelo ministro das Finanças, Carlos Burgo. De facto, essa parceria não começou bem por essa razão.



**As empresas primeiro têm que funcionar como empresas. Elas, a ADP/EdP, não funcionaram como empresas. Alguns custos não foram repercutidos, tiveram problemas, e acabaram por tornar impossível os investimentos que tinham de fazer, chegando a uma situação insustentável, em termos de serviço prestado.**

*Carlos Veiga*

No fundo, a questão das tarifas não foi bem trabalhada. E depois fomos por aí abaixo, por aí abaixo, até chegarmos a esta situação. E agora há que encontrar uma solução. Não é fácil. Nós temos, de facto, situações cancerosas muito graves na Electra e temos que encontrar outra solução. Estou de acordo que se deve apostar em estruturas/ilha.

Claro também que temos de apostar nas energias renováveis. Como país, nós já vamos com bastante atraso. Mas eu não sei se é uma boa solução termos uma ilha só com energia eólica. Receio que possamos ter problemas. O que os especialistas dizem é que a energia eólica deve estar misturada com outras formas de energia. Uma penetração significativa é importante e devemos avançar decisivamente nesse domínio, mas tenho dúvidas que deva haver uma ilha só com energia eólica.

**AS - S. Vicente.**

**JMN -** Haverá mecanismos complementares de intervenção. O nosso plano energético é um país sem necessidade de energia fóssil. É claro que é uma visão.

**AS - Mas é possível.**

**JMN -** Cabo Verde tem condições. Uma das questões que está em estudo neste momento é o que chamamos de Sonangol das energias renováveis. Estamos a discutir com a CEDEAO a possibilidade de trazermos para cá o Centro Regional das Energias Renováveis e Cabo Verde especializar-se neste domínio. Há financiamentos interessantes. E vento e sol são dois grandes recursos naturais de Cabo Verde.

**CV -** Com certeza, não usar isso é um desperdício que não se compreende. O que eu digo é que no estado técnico das questões não se pode deixar de utilizar combustíveis fósseis, e assentar apenas nas energias renováveis não deve ser conveniente. Mas esta é uma questão técnica que os entendidos decidirão.

**AS - E a nuclear?**

**(risos)**

**AS -** Acredita na energia nuclear para Cabo Verde ou não, dr. CV?

**CV -** Não sei.

**JMN -** A energia nuclear num país como Cabo Verde é apenas hipótese. Devemos estudar, mas é uma aventura para a qual não devemos entrar neste momento.



“

... em empresas desta natureza, quando há uma grande deterioração organizacional, depois fica extremamente difícil resolver os problemas. Há aqui alguns processos que foram mal conduzidos. O primeiro tem a ver com a integração das empresas municipais, da forma como foram integradas, na Electra. Isso foi a integração de um somatório de ineficiências numa empresa como a Electra.

*José Maria Neves*



# Revisão da Constituição



Penso também que, relativamente a alguns altos cargos, sobretudo aqueles que devem ter uma aura de independência, se deveria fazer intervir os três principais órgãos de soberania. O governo faz a proposta, o PR nomeia, mas acho que deveria haver uma audição do parlamento. Nisso o PR deve ter também a possibilidade de alguma escolha.

**AS – Agora vou pedir que comentem pequenas coisas. Na CR, por exemplo, que cada um aponte dois ou três pontos que devem ser revistos. Também podemos falar da reforma do poder local, governos regionais, etc.**

**CV** – A revisão constitucional é uma matéria em que os dois principais partidos, os actores políticos, se devem entender. Se bem me lembro, há dois anos se fez uma tentativa de revisão em que se avançou bastante. Só que em Cabo Verde, às vezes, queremos o oito ou o 80. Se não temos o oitenta não fazemos 50.

Julgo que nessa revisão há que flexibilizar a CR em matéria da organização judiciária, sobretudo, em relação a certo tipo de jurisdições, como a administrativa e fiscal. Continuo a defender um sistema em que nós teríamos um único conselho superior de justiça com representação dos tribunais, do MP e da OACV. Neste momento temos três conselhos superiores e nenhum deles está representado no outro. As questões da justiça não podem ser tratadas de uma forma fragmentada. As pessoas não se falam, os magistrados não discutem entre si, o MP também não, os advogados pior ainda. Essa discussão integrada é indispensável se você quer encontrar soluções para a justiça.

Em relação à regionalização, eu sou um defensor de uma autarquia supramunicipal a nível das ilhas. Há matérias que devem ser tratadas numa visão integrada de ilha, nomeadamente ordenamento do território, ambiente, enfim, as grandes infra-estruturas viárias e outras. Isso permitiria libertar o governo para a função política, que é fundamental para o executivo definir as diversas políticas públicas, regular, enfim, as diversas actividades, fiscalizar a execução dessas políticas, deixando a parte operacional e administrativa para outras esferas. Do meu ponto de vista.

Penso também que, relativamente a alguns altos cargos, sobretudo aqueles que devem ter uma aura de independência, se deveria fazer intervir os três principais órgãos de soberania. O governo faz a proposta, o PR nomeia, mas acho que deveria haver uma audição do parlamento. Nisso o PR deve ter também a possibilidade de alguma escolha. Julgo que se ganharia bastante. Vejo funções como o PGR, o governador do BCV, os reguladores, o chefe de Estado Maior das FA... Penso que ganharíamos bastante com a intervenção dos três órgãos de soberania, nenhum deles podendo dispensar o outro. Há também algumas incongruências na

CR que resultaram de uma redacção deficiente da revisão de 1999.

**AS – Por exemplo?**

**CV** – Por exemplo, lá onde se atribui ao PR a competência para designar um juiz, quando essa situação deveria ser prevista apenas para uma situação transitória, enquanto não houvesse Tribunal Constitucional. A Comissão de Redacção confundiu e meteu essa norma.

**AS – A questão dos impostos faz parte dessas incongruências?**

**CV** – A questão dos impostos não penso que faça parte das incongruências. Pode-se discutir, mas essa foi uma decisão tomada conscientemente. Tem graça que ainda há pouco tempo o governador do BCV veio dizer que “talvez não tivesse sido má ideia” introduzir essa norma. Mas eu acho também esta é uma questão que deve estar sobre a mesa para ser discutida, não tenho nenhum preconceito em relação a ela.

**JMN** – Relativamente à revisão constitucional, rapidamente teremos de encontrar um consenso. Trabalhou-se muito na comissão conjunta criada na legislatura anterior. Infelizmente, estávamos no fim da legislatura, mas penso que em 2009 deveremos consensualizar e fazer a revisão da CR. Aqui teremos que reflectir



As soluções que o dr. CV acaba de apresentar levam a um reforço do presidencialismo no nosso sistema presidencial parlamentar ou parlamentarismo mitigado, como queiramos. No sistema de governo cabo-verdiano o executivo tem de, obrigatoriamente, fazer aprovar uma moção de confiança no parlamento. Portanto, em termos constitucionais, o governo já tem a confiança do parlamento.

um pouco mais sobre o sistema de governo que nós temos.

As soluções que o dr. CV acaba de apresentar levam a um reforço do presidencialismo no nosso sistema presidencial parlamentar ou parlamentarismo mitigado, como queiramos. No sistema de governo cabo-verdiano o executivo tem de, obrigatoriamente, fazer aprovar uma moção de confiança no parlamento. Portanto, em termos constitucionais, o governo já tem a confiança do parlamento.

Num sistema presidencial as relações são completamente diferentes. E é por isso que nos sistemas presidenciais, como não há essa relação de confiança governo e parlamento, é que esses altos cargos a que o dr. CV se referiu, para a sua nomeação, tem de se ouvir, obrigatoriamente, o Senado. Portanto, eu acho que estamos a introduzir, com essas questões, uma hibridiz muito grande no nosso sistema. O PR nomeia o governo, mas a verdadeira investidura acontece com a aprovação da moção de confiança no parlamento.

Do meu ponto de vista, a questão da independência pode perfeitamente ser obtida com a propositura do governo, que tem a confiança do parlamento, junto ao PR e este por sua vez nomeia os titulares desses altos cargos. Não seria pela audição do parlamento que se garantiria a independência desses órgãos.

Estou perfeitamente de acordo com o sistema de governo da nossa CR, devendo eventualmente reforçar a vertente parlamentar relativamente, por exemplo, às moções de confiança e de censura para a dissolução do parlamento e demissão do governo. Poderemos nos aproximar, designadamente, nessa matéria, à CR portuguesa.

Relativamente ao imposto, aqui acho aberrante a solução que se encontrou na CR em 1999. A maioria, no nosso sistema de governo, deve ter condições para executar a sua política fiscal. Não pode a maioria estar bloqueada nesta questão, sendo que a maioria será sempre responsabilizada pela política fiscal. Hoje temos situações aberrantes que nos outros países são resolvidas através, por exemplo, de portarias e que no nosso caso têm de ser resolvidas por uma maioria qualificada no parlamento. Esta é uma solução, repito, aberrante, que retira à maioria um instrumento fundamental que é a realização do seu compromisso eleitoral no domínio fiscal. Aqui estou em completo desacordo quanto a esta matéria constar na CR.

Relativamente ao Conselho Superior de Justiça, também. Tendo em conta a natureza da Magistratura Judicial, da Magistratura do Ministério Público e dos advogados, não deve haver um único conselho superior. Deve haver o CSMJ, o CSMPe o CS da Ordem dos Advogados, havendo a necessária articulação desses conselhos para o desempenho das suas funções.

Quanto às autarquias supramunicipais, também, penso que devemos aprofundar essa reflexão tendo em conta o facto de Cabo Verde, um micro-estado com 500 mil habitantes, ter escassez de recursos, o que por si é um constrangimento grande para o funcionamento das instituições. A democracia é cara, e não estou a lamentar esta questão, mas veja, por exemplo, nas últimas eleições autárquicas, gastámos cerca de 600 mil contos. Um país como Cabo Verde investiu cerca de 600 mil contos para realizar essas eleições.

**AS – Incluindo o recenseamento.**

**JMN** – Tivemos que fazer o recenseamento. Mas agora vamos fazer o recenseamento no estrangeiro e se não tivermos as necessárias cautelas esse recenseamento vai ter custos elevadíssimos para um país como Cabo Verde, de modo que nesta questão da reforma do Estado, no processo de descentralização, deveremos considerar o seguinte: em primeiro lugar, a não precarização excessiva do Estado; em segundo lugar, temos de considerar uma forte economia

institucional para não canalizarmos os poucos recursos que geramos no país para o funcionamento de burocracias públicas temos também de trabalhar no sentido de um forte reforço do municipalismo.

Ainda há um potencial grande de reforço dos municípios cabo-verdianos. Podemos reforçar os poderes dos municípios e criar instâncias regionais de articulação de recursos e pessoas para, no quadro de regiões plano, criarmos uma forte dinâmica de desenvolvimento e crescimento.

Não rejeitaria, com o desenvolvimento de Cabo Verde, com essas dinâmicas de desenvolvimento social, a ideia de no futuro avançarmos para autarquias supra-municipais. E, nesses casos eu acho que a CR está adequada quando diz que as autarquias são os municípios, podendo haver autarquias supra-municipais.

Portanto, eu não avançaria, neste momento, com autarquias supra-municipais. Basta ler o Orçamento do Estado, os recursos que nós temos, os constrangimentos, a nossa capacidade de financiamento interno e as necessidades que temos em termos de fortes investimentos para o desenvolvimento do país. Aqui eu seria menos ousado, ou melhor, mais cauteloso, e não avançaria para autarquias supra-municipais, mas sim para uma regionalização através da criação de regiões plano.

E em relação à justiça, eu penso que sim, que deveríamos ver a questão da sua organização, há aspectos que podemos flexibilizar, embora com algumas cautelas. Eu, pessoalmente, acho que Cabo Verde deveria ter um STJ que concentrasse, também, a Justiça Constitucional. Mas, com esta solução já encontrada, no sentido de haver um Tribunal Constitucional, deveremos trabalhar, rapidamente, na sua institucionalização e alargamento do STJ. Aliás, os diplomas que já estão no parlamento dão-nos orientação neste sentido, devendo os juízes do STJ ter acesso através de concurso público e o parlamento chegar a um entendimento sobre a instalação do TC. Neste momento os recursos já estão disponíveis, falta apenas o consenso.

Ainda em relação ao poder local. A lei-quadro de descentralização está em processo de aprovação, estamos agora a elaborar um novo estatuto dos municípios, haverá um reforço dos poderes dos municípios e estamos a aprovar, também, um estatuto da oposição a nível local. Mas veja que, para os municípios estamos a propor a parlamentarização do sistema e espero que haja consenso relativamente a esta matéria. Aqui há necessidade de um maior reforço do parlamento municipal, em relação ao executivo municipal.

Há muitas áreas de impunidade na gestão municipal cabo-verdiana. É preciso reforçar o controle da AM em relação à CM, através de mecanismos de responsabilização política do executivo municipal em relação ao parlamento municipal. E penso que deveremos criar as condições para que, designadamente, o Tribunal de Contas funcione com mais eficácia em relação, por exemplo, ao julgamento das contas municipais porque aqui a questão da oportunidade é fundamental. Em relação a Santa Catarina, por exemplo, o TC está a julgar neste momento as contas de 2000, quando eu era presidente. Ou seja, a pessoa que me substituiu já deixou de exercer e tem sete contas por aprovar, por julgar. Há um descompasso muito grande, e isto cria zonas de impunidade a nível da gestão municipal.

Para além do que **A Semana** aqui colocou, eu acho que temos que rever as leis dos partidos políticos, o estatuto da oposição e temos definitivamente que aprovar o estatuto dos titulares de cargos políticos. Acho que aqui temos uma grande vulnerabilidade. Eu não estou a defender nada em causa própria, mas acho, por exemplo, que não há tratamento condigno do PM em Cabo Verde. Ele que é o chefe do Governo, não tem um estatuto.



Em relação à regionalização, eu sou um defensor de uma autarquia supramunicipal a nível das ilhas. Há matérias que devem ser tratadas numa visão integrada de ilha, nomeadamente ordenamento do território, ambiente, enfim, as grandes infra-estruturas viárias e outras.



Defendo que deveríamos reforçar os poderes dos municípios e designar representantes do Estado a nível dos municípios, não para tutelar os municípios, mas para coordenar e articular os serviços do Estado a nível da ilha, para representar o governo a nível de cada ilha e para desempenhar um conjunto de funções comuns aos serviços desconcentrados do Estado ou a administração local do Estado, como diria Freitas do Amaral.

# Regiona

**CV** – Os PM são chefes do partido que estão no poder, e eles não podem servir-se a si próprios. É este o problema.

**JMN** – Os partidos políticos devem chegar a um consenso sobre esta questão.

**CV** – No fim da legislatura para que possa vigorar na outra legislatura. Estou de acordo.

**JMN** – No nosso sistema de governo, quer queiramos quer não, o chefe do Governo é o líder da maioria e deve-se considerar este aspecto. Isto não tem nada a ver comigo, mas acho que é uma questão de dignificação desta função que, no caso concreto de Cabo Verde, é fundamental. E estou de acordo também que se deve, em Cabo Verde, valorizar quem tenha exercido cargos políticos. Uma das causas da crispação que existe é o facto de não ter havido o aproveitamento adequado dessas pessoas.

Eu fiquei satisfeítíssimo com a eleição de José Luís de Jesus para o cargo de presidente do Tribunal Internacional do Direito do Mar. E vou fazer uma revelação. Depois de eleito, em 2001, eu fui à Cimeira da FAO e o director-geral disse que queria falar comigo e não foi possível. Depois ele fez uma visita a Cabo Verde e nos encontrámos. Na altura ele disse-me que queria nomear a Dra. Helena Semedo para representante da FAO num dos países da Costa Ocidental Africana, mas que queria ter o assentimento do governo. Ele estava meio constrangido a pôr o problema porque ela era deputada da oposição e tinha sido ministra do anterior governo. Eu disse-lhe, “*pode contar com todo o meu apoio. Mais, acho que devemos trabalhar no sentido de promover e valorizar a participação de quadros cabo-verdianos na FAO*”.

E neste momento há muitos lugares que eu estou a insistir para a participação de quadros cabo-verdianos. Devemos valorizar mais quem tenha participado nos governos, porque senão, daqui a pouco, teremos dificuldades em encontrar pessoas para a função governativa porque há mais penalizações do que benefícios, apesar das pessoas considerarem que os governantes em Cabo Verde são uns privilegiados. Ganha-se muito mal e, depois, a experiência acumulada na governação não é aproveitada, os governos não promovem essas pessoas nas instituições internacionais, como está a fazer o governo português, por exemplo, com António Guterres e Jorge Sampaio.

**CV** – E o Senegal, por exemplo.

**JMN** - O Senegal faz isto de forma excelente. Em termos de conduta política, este é um aspecto para o qual deveremos encontrar um entendimento.

**CV** – Eu não me preocupo muito com a pureza dos sistemas de governo. Cabo Verde tem um bom sistema de governo, que tem garantido governabilidade, alternância democrática e progresso. Mas entendo que o parlamento deve ser mais efectivo. Sem dúvida que há a moção de confiança, mas essa moção não pode impedir que o parlamento se pronuncie sobre funções que são estruturantes, que permitem ao sistema respirar. É por isso que não me preocupa se há uma alteração do sistema, acho que no essencial não grandes alterações a fazer. É um reforço na intervenção parlamentar na nomeação dos altos cargos do Estado que pode ser muito pedagógico. O parlamento não vai estar aí a chumbar, a impedir ninguém, mas vale a pena submeter as pessoas. “*Você vem aqui falar-nos do que*

*pensa do cargo, que políticas vai desenvolver, que ideias fundamentais tem para esses cargos que são fundamentais para o funcionamento do sistema*”. Acho que não perderíamos nada nessa questão.

Continuo a pensar que não conseguiremos mecanismos de articulação dos três Conselhos Superiores da Justiça se não forçarmos essa articulação. Podemos ter três conselhos, mas acima deles deve haver um que coordene, um em que se integrem, onde possam falar em conjunto, senão, de outra forma, não vamos ter esse diálogo necessário para o bom funcionamento do sistema. Esta preocupação deve ser levada em conta. É que as pessoas não falam entre si, não discutem entre si, não articulam as suas actuações, e isto na prática cria questões muito difíceis.

Acho que já tínhamos discutido essa questão de ilha e região plano e os argumentos que deu, já tinha dado os meus. As coisas têm que ser colocadas em cima da mesa e discutidas.

Também me preocupa as questões dos custos, mas a criação da autarquia supra-municipal na ilha tem que ser acompanhada de uma reforma da administração central, reduzindo-a, de forma a que permita distribuir isso por todas as ilhas. Acredito que, depois, feitas as contas, se chegará a uma situação em que não haverá uma diferença substancial de custos.

Entendo que um programa de criação de autarquias tem que ser feito com o seu tempo de maturação e execução e que isso deve envolver uma série de questões. Não creio que a gente só chegue e diga “*vamos criar uma autarquia*” e criamos. Acho que, mesmo na criação de municípios, devemos fazer isso. Não estou de acordo, foi aprovado por unanimidade, mas eu discordo, em 2000, voltei a discordar agora da criação da maior parte dos novos municípios. Penso que nós reduzimos a escala e reduzindo a escala estamos a criar problemas de eficiência e eficácia nos municípios. Se calhar temos que fazer um movimento oposto para tentarmos equilibrar e não faz sentido voltar agora com essa questão dos municípios.

Num projecto que pedimos ao Dr. Eurico Monteiro Pinto sobre novos estatutos dos municípios, já defendia a solução de nas eleições autárquicas eleger-se uma AM e o cabeça de lista da AM ser o presidente da CM e o número 2 ser o vice-presidente. E os dois poderem fazer a sua equipa que, de acordo com a CR, tem que ser responsável perante a AM. Acho que essa solução é boa até por uma outra razão: na solução actual nós desperdiçamos recursos, quadros. Você tem duas listas para a CM, com gente boa, uma ganha por cem votos, os outros todos da lista concorrente desaparecem, não há nenhum aproveitamento deles.

Esta é uma solução que defendo há muito tempo. Na altura eu tive a oposição da generalidade dos presidentes de CM, nem do lado do MpD nem do PAICV, ninguém quis, sobretudo os vereadores que levantaram muitas objecções. Hoje eles têm a mesma legitimidade que o presidente de CM e que a AM.

Portanto, considero que esta é uma revisão do sistema de governo municipal que é necessária, nada tenho contra isto. Acho que pode, efectivamente, funcionar e, sobretudo, pode trazer para os órgãos municipais, nomeadamente para a AM, recursos que, de outro modo, estão a ficar de fora.





# Realização



**JMN** – Só em relação a esta questão das autarquias supra-municipais, acho que a descentralização deve ser acompanhada da desconcentração do Estado. Não podemos continuar nesta situação em que não há representação do Estado a nível das ilhas. Um conjunto de funções que o governo exerce em todo o território nacional fica prejudicado se não tivermos um processo paralelo de desconcentração do Estado.

Defendo que deveríamos reforçar os poderes dos municípios e designar representantes do Estado a nível dos municípios, não para tutelar os municípios, mas para coordenar e articular os serviços do Estado a nível da ilha, para representar o governo a nível de cada ilha e para desempenhar um conjunto de funções comuns aos serviços desconcentrados do Estado ou à administração local do Estado, como diria Freitas do Amaral. A partir daí deveremos criar, num primeiro momento instâncias de cooperação e de articulação, para mobilizar recursos, competências. E assim teremos fortes dinâmicas de desenvolvimento.

Se associarmos a isto a possibilidade de criarmos sociedades de desenvolvimento regional que assumiriam funções do Estado e dos municípios, acho que teríamos que pensar toda essa arquitectura institucional para não criarmos disfuncionalidades e problemas no relacionamento.

Cabo Verde ainda não tem massa crítica para criação de 22 municípios, 10 autarquias supra-municipais, um governo, assumir as despesas de soberania e haveria, ainda por cima, essa multiplicidade de níveis de autarquias, sendo certo que seriam sempre autarquias e haveria responsabilidade do Estado a nível de todo o território nacional e, necessariamente, a nível das ilhas.

**CV** – Eu aceito esta solução. Aliás, ela está na CR, eu tive muita responsabilidade nesse preceito, que na altura algumas pessoas criticaram, de representação do Estado a nível desconcentrado. Eu penso que esta deverá ser a primeira fase da criação das autarquias supra-municipais. É isto que defendo. Tem que haver uma reorientação como uma espécie de período experimental que ajuda a criar a dinâmica para uma autarquia supra-municipal. Porque imagino que, relativamente...

**AS – Ao governador civil**

**CV** – Não só o governador civil, ao governo da ilha. Mas, relativamente a um conjunto de matérias, relativas às atribuições da estrutura insular, diria que o Estado transferiria para essas autarquias municipais toda a actividade operacional, tutelando. As políticas são do governo, do Estado, o enquadramento legal é do Estado, a actividade operacional para essa execução pertenceria a esses organismos da autarquia supra-municipal. Portanto, você teria a redução da própria máquina do Estado. É claro que há funções que não estão af sujeitas, como os tribunais, as conservatórias, que são discutíveis, e outras instituições, como a Polícia.

**AS – As Forças Armadas.**

**CV** – As FA, se continuarem a existir, Polícia, a um certo nível, continuariam a ser funções do Estado. Mas diria que grande parte das direcções regionais, aquelas que realizam as tarefas operacionais, iriam estar sujeitas a um governo da ilha, tutelado naturalmente pelo governo da

República. Portanto, esta fase inicial de haver um representante do governo, que eu entendo que deve haver, é uma fase transitória para chegarmos lá. Criar autarquias supra-municipais é um programa que deve, se calhar, começar por aí, mas que depois poderá ir para outros tipos de actuações.

Repare, as Canárias têm um sistema similar. Há coisas que foram retiradas aos municípios mas há outras que vieram do governo do arquipélago, o cabildo insular. Eu não penso que se deva acumular num mesmo município a ilha. Nas ilhas que tenham apenas um município haverá uma estrutura autárquica apenas. Mas nas ilhas com mais de um município – Santiago, Santo Antão, Fogo e S. Nicolau – poderá haver uma estrutura maior ou menor do governo da ilha que encarregar-se-ia de um conjunto bem determinados de matérias.

Nós sentimos que há municípios que não têm dimensão suficiente mas que o governo também está longe. Se calhar, ganhar-se-ia se uma estrutura mais próxima, de acordo com parâmetros que são definidos pelo governo, se se pudesse operacionalizar essas questões todas coordenando os municípios e os serviços que lá existem através de delegação.

Em suma, não estou a ver que haja assim grande divergência de fundo, talvez seja uma questão de timing. O que digo é que temos de estabelecer um programa e o objectivo, temporal e calendarizado, exigente, que nós vamos ter que cumprir até chegar lá.

**JMN** – Aqui há uma pequena nuance e com a sua resposta poderá haver uma aproximação. Eu também acho que no futuro poderemos ter autarquias supra-municipais em cada ilha. Canárias tem neste momento cerca de dois milhões de habitantes e recebe 12 milhões de turistas, ano. Não tem um conjunto de despesas que no caso de Cabo Verde são encargos gerais da nação e são substanciais. Açores tem outra experiência, mais próxima da nossa, tendo em conta o seu nível de desenvolvimento e o seu desenvolvimento institucional, e são nove ilhas.

Mas essa autarquia supra-municipal não deveria resultar da evolução da representação do governo. Tem a ver com a desconcentração do Estado, enquanto essa outra dinâmica de autarquia supra-municipal resultaria do processo de descentralização de poder para as diferentes ilhas do país, sendo certo que no futuro, com a eventual criação das autarquias supra-municipais, haveria o redimensionamento do papel desse representante e haveria o redimensionamento das estruturas do governo central...

**CV** – Podia em certas circunstâncias tornar-se desnecessário.

**JMN** – Veja, por exemplo, que em Espanha as comunidades autónomas são muito fortes. É o caso das Canárias. Mas há os delegados do governo nas comunidades autónomas que representam o Estado e têm um papel importante.

**CV** – Em todo arquipélago das Canárias, por exemplo. Só que aqui temos o governo da nação.

**JMN** – Claro, temos o governo e temos as ilhas.

(risos)

**CV** – Mas eles têm também ilhas. Aqui temos o governo da nação que é mais forte ainda. Mas podemos chegar lá.

# O sucesso de



Já escrevi que uma parte do sucesso de Cabo Verde não pode deixar de ser atribuída aos seus políticos, aos seus dirigentes, já que com recursos, muitas vezes, inferiores a outros espaços, foi possível chegar onde chegamos. Há gente boa e gente má, mas globalmente os políticos cabo-verdianos têm servido o seu país e os cabo-verdianos podem orgulhar-se deles.

**AS – Mudando de assunto, têm os cabo-verdianos motivos para se sentirem orgulhosos dos seus políticos?**

**JMN** – Eu acho que sim. Os cabo-verdianos são orgulhosos dos seus políticos. Estes têm contribuído para uma forte projecção de Cabo Verde. E todos os políticos cabo-verdianos têm tido um grande prestígio na arena internacional.

**CV** – Eu também concordo. Já escrevi que uma parte do sucesso de Cabo Verde não pode deixar de ser atribuída aos seus políticos, aos seus dirigentes, já que com recursos muitas vezes inferiores a outros espaços, foi possível chegar onde chegamos. Há gente boa e gente má, mas globalmente os políticos cabo-verdianos têm servido o seu país e os cabo-verdianos podem orgulhar-se deles.

**AS – De 1975 a esta parte, mas sobretudo com a abertura política, tem-se assistido a uma quase permanente radicalização do discurso político por parte dos dois principais partidos políticos. Há quem diga mesmo que as pessoas, na maioria dos casos, são de um partido por serem contra o outro e não por subscreverem um programa eleitoral ou uma governação distinta. Será mesmo assim, dr. CV?**

**CV** – Eu acho que há diferenças ideológicas entre os dois partidos, mas é evidente, porque a nossa cultura democrática não está suficientemente desenvolvida (a democracia em Cabo Verde ainda é uma criança, digamos assim), ainda há muita gente que se determina em contraposição ao outro. Isso acontece efectivamente.

**AS – Quando o MpD pede salário mínimo isso é próprio de um partido de esquerda, e**

**não de um partido do centro ou da direita como o MpD se apresenta.**

**CV** – Essas classificações eu não as aceito, e nunca as aceitei. O MpD praticou um programa social que é um programa de esquerda. Se pede agora o salário mínimo, acho normal que o faça. Mas há algumas diferenças de matriz, que são ideológicas, e estas muitas vezes reflectem-se em políticas. É claro que os partidos têm de fazer uma pedagogia maior que permita às pessoas afirmarem-se pela positiva e não pela negativa. Esta é uma falha que os partidos têm e não estão a cumprir o seu papel nesse plano.

**AS – Sr. PM, deixe-me agora fazer-lhe uma pergunta na mesma senda. O PAICV é considerado um partido de esquerda, entretanto, há quem o acuse de estar a vender o país e de governar à direita.**

**JMN** – Relativamente à crispação que possa existir, eu quero desdramatizar essa questão. Ela faz parte deste processo de construção da democracia. Vamos ganhando mais maturidade e os contornos da política estão cada vez mais diferentes. Penso que estamos a caminhar para que haja cada vez mais uma menor crispação política, que haja um debate muito mais elevado e que haja um outro tipo de relacionamento entre os partidos políticos. Eu vi, isso, por exemplo, no último debate do estado da nação, foi diferente, muito mais elevado e muito mais maduro.

Quanto à essa questão de esquerda e direita, o MpD faz parte da IDC (Internacional das Democracias do Centro) e portanto é um partido mais neoliberal do que o PAICV, que é de centro esquerda e que faz parte da Inter-

nacional Socialista. É claro que governar Cabo Verde exige muito pragmatismo, não há lugar para uma forte ideologização do exercício do poder entre nós. E eu percebo, por exemplo, que o MpD defenda o salário mínimo por razões meramente eleitoralistas. Estivesse no governo teria uma outra atitude em relação a esta problemática.

Veja, por exemplo, nós temos um Código do Trabalho profundamente social. E aqui nós não podíamos ir na linha das pressões que foram feitas por determinados organismos internacionais no sentido de uma forte desregulação. Cabo Verde ainda não está preparado para isso e teríamos que ter alguma moderação e contenção na elaboração do CT.

Por causa dessa moderação, Cabo Verde acaba de descer seis lugares no Doing Business precisamente por termos um CT que essas instâncias consideram muito social. E vejam, por causa disso surge o MpD a acusar o governo de não fazer reformas e que por isso estamos a descer no ranking do Doing Business. Mas se tivéssemos, por exemplo, aprovado o salário mínimo, tal como defende o MpD, teríamos descido muito mais nesse ranking. Portanto, as contradições do MpD são gritantes.

Mas eu fundamentalmente considero que um partido como o PAICV, que é de esquerda, deve ter uma profunda sensibilidade social na governação, e acho que estamos a ter políticas inclusivas em relação a um conjunto de sectores, mas temos num país como Cabo Verde, excessivamente dependente do exterior, e que exige muito pragmatismo no exercício do poder.

# e Cabo Verde

**CV** – Em relação ao salário mínimo, o MpD não é neoliberal. Ele não podia, no fundo, estar noutra organização, IDC. Na Internacional Socialista não faria sentido, teria que optar por uma outra família que estivesse na área da social democracia. O MpD é essencialmente social democrata, quer pelo seu programa, quer pela sua prática. Esteve na governação com uma sensibilidade social muito grande.

Eu entendo bem as preocupações relativamente ao salário mínimo, mas penso que é necessário começar a dar um sinal. Nós não podemos fazer o desenvolvimento de Cabo Verde numa especialização de baixos salários. Haverá que evitar alguns abusos e algumas situações que, de facto, são abusivas, sem no entanto chegarmos a um extremo de se estabelecer um salário mínimo que seja inoportuno para o estágio do nosso desenvolvimento e para as necessidades de investimento que temos. Mas algumas regras devem ser, do meu ponto de vista, estabelecidas para que não caiamos também num outro extremo. Os trabalhadores cabo-verdianos fazem jus a isso, de alguma forma.

A questão do salário mínimo deve ser também discutida e de uma forma muito consensual procurar chegar-se a um entendimento sobre isso. Pode-se dizer “mas qual salário mínimo?” É algo que vale a pena ter em conta.

**AS** – Neste momento com um desemprego de 20% acha que seria contraproducente?

**CV** – Tudo depende do salário mínimo que nós estabelecermos.

**JMN** – Eu também não sou contra o salário

mínimo. Eu acho que os parceiros sociais devem discutir essa matéria. A reunião do Conselho de Concertação Social agora, em Outubro, vai debater o assunto e a nossa proposta vai no sentido de criar uma comissão tripartida, envolvendo o governo, os sindicatos e os empregadores, sendo certo que neste momento devemos canalizar os nossos esforços para a geração de empregos e para combater a pobreza, mas sempre com a preocupação de haver melhorias salariais em Cabo Verde.

Também defendo que Cabo Verde não pode especializar-se nos baixos salários. Aliás, eu não considero que os baixos salários sejam factor de competitividade de nenhum país. Portanto, devemos investir fortemente no combate ao desemprego, na geração de empregos, no combate à pobreza, nas melhorias salariais e na redução das desigualdades. Aqui deve haver um compromisso.

Mas também é preciso recordar que temos outras prestações sociais em Cabo Verde que são ainda muito baixas. Por exemplo, neste momento a pensão social mínima é de 4500 escudos. Na minha perspectiva, não deveremos no país ter prestações sociais inferiores ao salário mínimo.

**CV** – Claro que não.

**JMN** – E desse ponto de vista deveríamos ter a capacidade de aumentar substancialmente a pensão social mínima, aumentar outras prestações sociais a esse nível até chegarmos a um nível razoável em que nenhuma prestação social fica abaixo do salário mínimo.

**CV** – Tem de ser um processo.

**JMN** – Sim, é um processo que tem de ser negociado, mas devemos apoiar os sindicatos no sentido das negociações colectivas com vista a melhorias salariais.

## Regressar aos valores

**AS** – Falamos de competitividade, mas também do facto de Cabo Verde ser um país de direitos. No entanto, fala-se pouco de deveres. Os políticos e a forma de fazer política entre nós, não terão um pouco de culpa neste cartório?

**CV** – A CR tem um capítulo de deveres, não estabelece apenas direitos. O capítulo dos deveres devem ser feitos cumprir pelas autoridades, mas não só. Há aqui todo um problema de valores. No fundo, o problema que nós estamos a ter em Cabo Verde é que os valores estão erodidos. E, sendo assim, aquilo que antes eram deveres que se cumpriam com toda a naturalidade, hoje em dia não se cumprem porque, na realidade, não são promovidos.

Nós temos que promover valores. Há um conjunto de valores que desapareceram e que têm de renascer. Há aí um papel do governo, da oposição, da comunicação social, da família, da escola, para que esses valores que transmitem um conjunto de deveres para com o outro, para com o Estado, para com a comunidade, possam voltar a ser trabalhados. Este é um trabalho que tem de ser feito e não o está sendo. Os partidos



Os cabo-verdianos são orgulhosos dos seus políticos. Estes têm contribuído para uma forte projecção de Cabo Verde. E todos os políticos cabo-verdianos têm tido um grande prestígio na arena internacional.



# A força de



Em termos de realização de direitos e deveres, todos temos um papel importante sobretudo quem esteja a exercer funções de natureza política no governo, nos partidos, mas também noutras organizações sociais, por exemplo, sindicatos, escolas, igrejas, comunicação social, etc.



A questão não é só ética política. É evidente que o exemplo tem que vir de cima. Mas não é só ética política. É necessário que de facto nós transmitamos mensagens muito claras e fortes. Não podemos transmitir mensagens erradas. Se nós dizemos que podemos chegar ao poder, a cargos electivos, fazendo batota, fazendo corrupção, etc., nós estamos a facilitar com que ninguém mais assuma responsabilidades, ninguém queira deveres ou obrigações.

políticos não o têm feito, as outras instituições sociais também não.

**JMN** – Eu tenho insistido na necessidade de haver uma forte ética política em Cabo Verde. No sentido de realizarmos nós, que estamos no governo, o bem comum, trabalharmos para a realização dos interesses do país e dos cidadãos, respeitarmos as regras do jogo democrático e construirmos os consensos sobre as grandes questões nacionais. Esses três pilares deveriam ser elementos fundadores de uma ética política em Cabo Verde.

E devemos também mudar, profundamente, o relacionamento entre os partidos políticos, entre os actores políticos, de modo a respeitando as regras do jogo democrático, procurando os consensos nacionais, defendendo o interesse comum, possamos contribuir para que os partidos exerçam a sua função pedagógica, que é uma função importante dos partidos, para além de concorrer para o exercício do poder e da formatação da vontade política nacional, e dos cidadãos cabo-verdianos serem cada vez mais conscientes dos seus direitos e deveres.

Eu tenho, por exemplo, acompanhado a discussão da transformação de Cabo Verde num país de rendimento médio, que se está a transformar numa fetiche. Diz-se, por exemplo, “num país de rendimento médio não pode haver atrasos dos aviões”, “num país de rendimento médio não pode haver problemas de energia”, “um país de rendimento médio não pode ter ruas sujas”, etc. Mas num PRM não há furto de energia, num PRM as pessoas pagam os seus impostos, num PRM as pessoas não danificam os equipamentos públicos e sociais, num PRM as famílias assumem mais fortemente as suas responsabilidades na educação dos filhos.

Ou seja, temos de ver as duas faces da moeda de um PRM, que tem a ambição de ser um país desenvolvido. E aqui os pilares essenciais são: os direitos e os deveres. E em termos de reivindicação de direitos Cabo Verde é um país de rendimento alto, mas em termos de deveres, com certeza, seremos um PMA.

Em termos de realização de direitos e deveres, todos temos um papel importante, sobretudo quem esteja a exercer funções de natureza política no governo, nos partidos, mas também noutras organizações sociais, como sindicatos, escolas, igrejas, comunicação social, etc.

**CV** – A questão não é só ética política. É evidente que o exemplo tem que vir de cima. Mas não é só ética política. É necessário que de facto nós transmitamos mensagens muito claras e fortes. Não podemos transmitir mensagens erradas. Se nós dizemos que podemos chegar ao poder, a cargos electivos, fazendo batota, fazendo corrupção, etc., nós estamos a facilitar com que ninguém mais assuma responsabilidades, ninguém queira deveres ou obrigações.

O controle social é fundamental. A comunicação social, as famílias, a escola, tudo isso tem de criar uma capacidade de controle social, que, no fundo, faça com que as pessoas que vivem em sociedade tenham direitos e tenham deveres.

Eu não sou contra que as pessoas exijam direitos. É bom que exijam os seus direitos, mas temos de ser capazes de fazer com que cumpram os seus deveres. E quando efectivamente não o façam, as sanções que existam têm de ser aplicadas. Portanto, há aqui o problema de que a autoridade democrática não está a funcionar.

De sancionar as pessoas que vão à rua e atiram o lixo de qualquer forma, isso acontece porque a CM não pune. As vacas e cabras continuam, estão por aí, e hoje toda a gente pode fazê-lo.

Ou seja, temos que criar a capacidade para fazer com que quem prevarica em relação aos deveres saiba que será punido. Alguém tem de aparecer e dizer: “Num PRM as pessoas não fazem isso, aquilo e aquilooutro”. O cabo-verdiano na Holanda sabe que não faz tais coisas porque, se fizer, chega imediatamente um agente da autoridade. Aqui ele faz.

**AS** – Mal entra no avião da TACV...

**CV** – Sim, “aqui já é nosso”. Também este tipo de condicionamento tem de existir. A pessoa tem de saber “se eu não faço eu tenho uma sanção”. Se ele sabe que não tem sanção não vai cumprir. Tudo isso ensina-se, explica-se, faz-se a pedagogia, mas também há que sancionar.

**Mandela e Obama**

**AS** – Qual é o político, vivo, que mais admira?

**CV** – Nelson Mandela.

**AS** – Cabo-verdiano?

(risos)

**CV** – Eu só admiro um político, o Nelson Mandela. Mandela, sob todos os pontos de vista, é um grande orgulho para África. Ele é um exemplo que devia ser seguido no mundo inteiro por todos.

**JMN** – Não gosto de referir-me a políticos nacionais vivos

**AS** – Aí quando alguém morre vocês aparecem a tecer loas...

**JMN** – Não é bem isso. Nós devemos valorizar todos aqueles que tenham dado um bom contributo para o desenvolvimento do país nos mais diferentes domínios, mas eu não gostaria, a nível nacional, de destacar nenhum político que eu admire.

**AS** – O dr. CV referiu-se a um político estrangeiro. E no seu caso?

**JMN** – Também tenho uma grande admiração por Nelson Mandela. Acabo de ler “Os caminhos da liberdade”, dele, e acho que é um percurso extraordinário, e um símbolo de orgulho para África. Mas hoje também tenho um grande orgulho no Obama. Ele está a fazer um feito nos EUA, independentemente de ganhar ou não as eleições. A candidatura dele é importante para os EUA, para o mundo, em especial para a África.

Eu acho que a África tem um problema institucional que tem a ver com a construção de estados que possam regular os conflitos, que possam ter uma agenda de desenvolvimento e que possam pôr os recursos de África ao serviço dos africanos. E, neste sentido, a África precisa de novas lideranças. Precisa de mais ousadia, em termos de lideranças, e aqui acho que Obama pode ser uma referência importante. Nós também podemos dizer, em África, “Yes, We Can”.

Isto, para mim, é um elemento importante, independentemente do Obama ganhar ou não as eleições ou que com isso eu queira dizer que tenho preferência por um ou por outro candidato. Neste momento, por aquilo que ele representa, eu tenho uma profunda admiração pelo Obama, pela sua campanha, pelo seu discurso e pela sua agenda. Para um país como os EUA, a sua eleição teria um importante reflexo para o debate político.

# os valores

**CV** – Obama é uma aragem na política americana. É evidente que a política americana condiciona, de alguma forma, a evolução das coisas no mundo. Estamos agora a ver como é que as coisas evoluíram com esta administração. De facto, o dele é um discurso novo, de uma frescura bastante grande, que penso que pode exercer uma influência muito grande, enfim, na configuração do que vai ser o mundo depois. Portanto, eu também gostaria que isso prevalecesse nos EUA. Neste momento parece possível, mas não sei se está adquirido.

## Desafiar os jovens

**AS** – Falando de futuro, mais concretamente da nossa juventude, a grande maioria

juventude ousada, protagonista do seu próprio futuro.

Alguns fenómenos que estão acontecer no seio da juventude cabo-verdiana, designadamente dos thugs, delinquência juvenil, têm a ver com algumas desfuncionalidades que surgem num processo de transição rápido, como o que estamos a viver e devemos encontrar os melhores caminhos para resolver esse problema. Mas penso que os jovens têm um grande futuro e que eles têm capacidade para criar, para inovar, e que vão dar um forte contributo para que Cabo Verde ganhe o futuro.

**AS** – Com a taxa de desemprego, com o fenómeno da criminalidade, acha que os jovens estão num bom caminho, nomeadamente, em termos culturais. Os nossos valores estão a perder-se entre os jovens ou não?



**Há políticas públicas compensadoras para fazer face a essas inquietações dos jovens. Pode até ser que haja neste momento mais inquietações dos jovens por causa desse período de transição que exige políticas estruturantes, mas que estão a ser concebidas e realizadas.**

fácil, pode ser muito mais fácil dizer do que fazer, mas preocupa-me, seriamente essa situação dos jovens. Preocupa-me que mesmo o jovem que consegue um emprego não consiga, por exemplo, ter uma casa. No entanto a nossa CR diz que se tem de criar políticas dirigidas aos jovens, para a habitação e assim sucessivamente.

Ou seja, para além do que se faz a nível da educação e formação, e que são os jovens que essencialmente beneficiam com isso, penso que terá de haver algumas políticas mais dirigidas especificamente para o jovem que acaba a escola e que depois não tem sequência, não tem emprego. Entre o governo e as CM é possível criar esse espaço em que as pessoas praticam desporto, actividades sociais e culturais, para que se sintam pessoas úteis e tenham um papel na sociedade. Isso, repito, preocupa-me gravemente.



da população cabo-verdiana. Acha, sr. PM, que os jovens necessitam de novos paradigmas?

**JMN** – Temos feito grandes investimentos na juventude. Veja, por exemplo, o ano lectivo começa agora com 150 mil jovens, adolescentes e crianças, em todo os níveis de ensino. Se considerarmos a classe docente, a formação profissional, a alfabetização e educação de adultos, metade da população cabo-verdiana está no sistema de ensino. É um investimento extraordinário no futuro de Cabo Verde.

Quando temos 23% do OE na educação, estamos a investir fortemente na juventude cabo-verdiana e no futuro. Quando temos cerca de 3% de taxa de analfabetismo a nível das crianças e dos jovens em idade escolar é um feito extraordinário em relação à juventude. É claro que ainda temos taxas elevadas de desemprego no seio da juventude, mas hoje há mais oportunidades para os jovens. Estão a ser criadas mais oportunidades.

Há a formação profissional que está a generalizar-se. Estamos a criar uma rede de formação e emprego que vai com certeza permitir que os jovens aproveitem essas novas oportunidades. Portanto, eu tenho uma grande confiança no futuro e acho que estamos a caminhar de forma sustentada para, por um lado, criar condições para que os jovens aproveitem as oportunidades existentes, mas, por outro lado, termos uma



**A juventude cabo-verdiana é muito generosa. Eu confirmo esse discurso do dr. JMN da formação. Isso tem sido feito desde a independência. Mas agora preocupa-me também muito ver que as pessoas que terminam a sua fase escolar estão sentadas numa parede, sem uma perspectiva de desenvolvimento, sentindo-se de alguma forma traídos e abandonados pelos políticos, pela sociedade, etc.**

**CV** – A juventude cabo-verdiana é muito generosa. Eu confirmo esse discurso do dr. JMN da formação. Isso tem sido feito desde a independência. Mas agora preocupa-me também muito ver que as pessoas que terminam a sua fase escolar estão sentadas numa parede, sem uma perspectiva de desenvolvimento, sentindo-se de alguma forma traídos e abandonados pelos políticos, pela sociedade, etc. É uma situação que acaba por levar com que muitos desses jovens enveredem por caminhos maus.

Nós temos que ser capazes de gizar políticas consensuais que possam dar uma resposta face a isso. Eu digo que face aos jovens que estão aí sem fazer nada, muito bem, não há emprego, mas pode haver outras coisas para fazer, nomeadamente políticas que os aproximem de actividades culturais, desportivas, etc. Por exemplo, nós em Cabo Verde já praticamos quase todas as modalidades de atletismo. Esta é uma modalidade que atrai muitos jovens. Há aqui uma ocupação útil, que faça esses jovens ver o seu ego valorizado, a sua auto-satisfação gerida e evite que descambem para outras situações como a droga, thugs ou delinquência.

Temos que fazer alguma coisa enquanto não conseguirmos resolver o problema do emprego, os ocuparmos de forma útil e que leve alguma realização pessoal estes jovens. Eu sei que não é

**JMN** – Eu não alinho nesse dramatismo em relação à juventude cabo-verdiana. Não acho que haja essa percepção de abandono ou traição por parte dos políticos. Houve uma rápida democratização do ensino por causa de fortes investimentos sociais e, claro, a economia cabo-verdiana não permitiu absorver esses jovens ao ritmo da sua formação, mas estão a ser encontradas saídas para eles. Veja, por exemplo, os centros de formação profissional de Pedra Badejo, Variante, aqui na Praia a reabilitação do ex-IFAP, os fortes investimentos que estão a ser feitos em S.Jorginho, a Escola Nacional de Turismo já em construção, o Centro de Formação de Fogo e Brava, também em construção, vai ser construído também na ilha do Sal. Aqui há ou não saída para esses jovens?

**AS** – Mas há ou não inquietações entre os jovens?

**JMN** – Há inquietações. Mas é preciso ver que em função dessas inquietações há saídas que estão a ser construídas. Há oportunidades que estão a ser criadas. Refiro-me à formação profissional. Mas há o seguinte: temos um ensino superior a estruturar-se no país. A Uni-CV é ou não uma resposta a essas inquietações? Pela primeira vez no país temos mais estudantes no ensino superior do que no exterior. É ou não uma saída? A Uni-CV abre este ano vários

# Presidente



cursos de nível pós-secundário de curta duração para formação profissional. Estamos a integrar possibilidades de formação profissional a nível dos liceus de via geral. Estamos a ampliar os cursos nas escolas técnicas. Há inquietações mas há essas saídas.

Relativamente à ocupação dos tempos livres, há os grandes investimentos que estão a ser feitos nas infra-estruturas desportivas. Em Cabo Verde nunca investimos tanto no desporto. A nível de todo o país, apoiando as CM na construção de infra-estruturas desportivas, apoiando fortemente as seleções nacionais, basket, futebol, desenvolvendo e promovendo outras modalidades desportivas. Mas mais: tudo o que se está a estruturar em termos de apoio às micro e PME são novas oportunidades que estão a ser criadas.

Ou seja, há uma situação de inquietação que resulta da massificação e democratização do ensino em Cabo Verde e da não criação das condições sócio-económicas para a jusante absorver esses jovens, mas não há abandono. Há políticas públicas compensadoras para fazer face a essas inquietações dos jovens. Pode até ser que haja neste momento mais inquietações dos jovens por causa desse período de transição que exige políticas estruturantes, mas que estão a ser concebidas e realizadas.

Portanto, estou de acordo com as inquietações mas não estou de acordo com o abandono dos jovens. E mais: nunca, como hoje, vimos tanta dinâmica cultural no seio dos jovens. Esta geração Pantera está a fazer coisas extraordinárias, aqui no país e na diáspora.

**AS – Mas também muitos se queixam da falta de oportunidades a nível de escolas de arte, apoios concretos...**

**JMN** – Já temos o M-EIA, com o apoio do Estado, a funcionar no Mindelo. Aqui na Praia a Uni-CV vai abrir uma escola de música. Há um conjunto de prémios que estão a ser concedidos...

**AS – Mas nos outros concelhos essas coisas não chegam.**

**JMN** – Em relação à música há muitos apoios. Vamos fazer agora, em Novembro, o Fórum Internacional sobre a Indústria Cultural. Não podemos numa economia como a nossa desenvolver a cultura com base em subsídios. Temos de estruturar uma autêntica indústria cultural e temos potencialidades nos domínios da música, do cinema, para chegar lá. Mas não podemos transformar o MC num ministério de transferência de subsídios para a cultura, nem devemos ter uma perspectiva de estatização da cultura.

**AS – Mas a formação, por exemplo, de pintores, bolsas de criação...**

**JMN** – As coisas estão a avançar precisamen-

te nesse sentido. Estamos a fazer uma profunda reforma curricular. Ou seja, há inquietações, há jovens que terminam o 12º ano que neste momento ainda não têm saídas mas o que eu quero dizer é que estão a ser estruturadas políticas públicas compensadoras neste domínio. Portanto, eu não tenho essa percepção de abandono e sentimento de traição.

**CV** – Mas é o sentimento que muitos jovens têm. Eles são muito generosos mas em tempos de campanha cada vez mais vão dizendo, “OK, vocês vêm agora, depois esquecem-se”.

**JMN** – É preciso transmitir uma mensagem mais positiva à juventude cabo-verdiana. Mas veja por exemplo – e isso eu tenho discutido com os jovens – se você fizer uma sondagem junto a jovens universitários americanos, 95% almeja desenvolver o seu próprio negócio, quer criar a sua empresa, quer construir a sua própria oportunidade. Se fizermos uma sondagem aqui em Cabo Verde, 95% quer entrar no Estado.

**AS – Mas há crédito jovem?**

**JMN** – Em Cabo Verde há um problema de crédito às empresas e às iniciativas empresariais. Aí é um problema estrutural de Cabo Verde. É por isso também que temos um programa de desenvolvimento financeiro para evitar essa exclusão em relação ao crédito. O problema do crédito não é só em relação aos jovens. É um problema que se coloca a todo o tecido empresarial que nós teremos de desenvolver, criando fundos de garantia, agência de apoio às empresas que nós vamos criar agora...

**AS – Um gabinete de apoio?**

**JMN** – Um conjunto vário de iniciativas. Veja o programa “soldado cidadão”. Hoje todos os jovens que entram no serviço militar estão abrangidos por esse programa, que foi desenvolvido com muito sucesso no exército brasileiro e que permite a formação dos jovens. Estes, quando completam a tropa, saem com uma profissão. O programa de estágios profissionais, que já está a funcionar nalgumas empresas e vamos alargá-lo para a administração pública. E, neste momento concebemos com a Holanda e o Luxemburgo dois programas importantíssimos, que integram a educação e o emprego e que abre novas oportunidades aos jovens.

Ou seja, temos um problema conjuntural neste momento, mas estamos atentos aos problemas que se colocam a juventude cabo-verdiana, de modo que eu teria um discurso menos dramático em relação aos jovens.

**CV** – Eu desejo que essas coisas se concretizem, porque neste momento o sentimento dos jovens é este. Não tenho objecções, mas na verdade o tempo está a correr contra nós, contra o país, relativamente à sua juventude.



Não tenho, rigorosamente, ambições presidenciais. A PR não me motiva neste momento e tenho dito que em política nunca se deve dizer que desta água não beberei. Mas esta é minha opinião e é muito forte neste momento.

# enciiais

**AS - Cabo Verde tem um problema de capacidade de resposta à demanda dos jovens.**

CV - Isto.

**AS- E depois não sabem onde ir. Porque as Câmaras do Comércio não lhes dão respostas.**

JMN - Acho que mesmo as CC já estão a agilizar soluções. Eu, por exemplo, visitei a nova sede da CC e basta ir lá para ver que estão a desenvolver...

**AS - Mas é na sede.**

JMN - Não, estão a desenvolver incubadoras de empresas, por exemplo. Agora, essas medidas não têm, muitas vezes, resultados imediatos. Muitas vezes, as pessoas dizem que o PM promete que vai construir isto, vai fazer aquilo e depois demora três ou quatro anos. Este é o ciclo de um projecto em Cabo Verde, porque não temos capacidade de financiamento interno.

Temos que ir ao mercado internacional para procurar recursos, muitas vezes estamos condicionados. Não podemos obter esses recursos a preço de mercado, temos que obter empréstimos concessionais, e o ciclo acaba por demorar três ou quatro anos. Temos que elaborar o projecto negociá-lo e conseguirmos os recursos. E, quando se anuncia um projecto, as pessoas querem a sua realização para amanhã. Infelizmente, o país ainda não produz riqueza suficiente para financiarmos imediatamente todas essas demandas e todas essas exigências.

**AS - A juventude foi, por diversas vezes, chamada a fazer sacrifícios em Cabo Verde. Os jovens de hoje já estão a pedir algumas coisas de acordo com o novo estatuto do país.**

JMN - O novo estatuto do país deve ser visto dos dois lados. O grande erro em Cabo Verde é considerarmos o país de desenvolvimento médio como um país com condições de resolver todos os seus problemas. Cabo Verde acaba de sair do grupo dos PMA, está praticamente junto dos PMA, tem um longo caminho a percorrer. Desde já, não pode ficar tudo condicionado ao Estado.

**AS - Os políticos não deveriam andar mais depressa, também?**

CV - De alguma forma tem que se criar uma dinâmica que permita a outros actores dar à juventude a possibilidade de beneficiar de um conjunto de coisas que não tem. Os jovens têm alguma pressa e...

JMN - Eu sei, mas a questão não pode ser colocada apenas do lado dos políticos, ela também tem de ser posta, do lado da sociedade cabo-verdiana.

CV - Sim, a sociedade.

JMN - Veja como podemos resolver essas questões. Temos que ter um tecido empresarial capaz de gerar empregos, e capaz de criar

espaços de inovação, novas oportunidades. Estamos ou não a criar as condições para esse tecido empresarial cabo-verdiano. Mas esse tecido empresarial nós não conseguiremos tê-lo amanhã. Temos, ainda, que fazer um grande caminho.

Acho que o importante aqui é fazer a avaliação das políticas, das diferentes políticas, ver o caminho, e acho que estamos no bom caminho, ver o percurso que já fizemos até este momento e continuar esta caminhada. Mas a resolução deste problema passa pela boa governação do país, por uma gestão sã e prudente das finanças públicas, a criação de condições ambientais favorecedoras do investimento externo e do investimento empresarial, a criação de mais empresas, a criação de empregos. O Estado fará a sua parte, a sociedade fará a sua, os cidadãos também. Mas este é o principal desafio que temos, construir esta competitividade para darmos respostas a esses novos desafios.

**AS - Sobretudo com instituições colectivas, nomeadamente Câmaras do Comércio, a assumirem também o seu papel. As vezes, não é um caso, tudo não passa de viagens e seminários.**

JMN - Eu não estou bem de acordo. As associações empresariais também estão a fazer a sua parte. Só que as soluções não poderão ser encontradas todas imediatamente. É preciso, como eu disse, ver as políticas, ver o caminho que estamos a seguir.

**AS - Vai ou não ser candidato a PR, dr. CV?**

CV - Ainda é cedo.

**AS - O dr. José Maria Neves disse que a Presidência não o motiva. Continua com a mesma opinião?**

JMN - Eu tenho a mesma opinião. Não tenho, rigorosamente, ambições presidenciais. A PR não me motiva neste momento e tenho dito que em política nunca se deve dizer que desta água não beberei. Mas esta é minha opinião e é muito forte neste momento.

**AS - E o dr. Carlos Veiga, continua motivado?**

CV - Eu não sei ainda, sinceramente. Porque há alguns condicionamentos que devem ser ultrapassados. Por isto não vale a pena avançar e dizer que sou candidato ou não sou, porque há condicionamentos que podem ir num sentido ou noutro. Mas "desta água não beberei" também não digo.

**AS - Mas depois de duas tentativas pode ser que a terceira seja de vez.**

CV - Isto não me preocupa. Porque há gente como Mitterrand, Abdoulaie Wade, que foram não sei quantas vezes. Pode-se ir, pode-se não ir, isto não é relevante.



Eu não sei, ainda, sinceramente. Porque há alguns condicionamentos que devem ser ultrapassados. Por isto não vale a pena avançar e dizer que sou candidato ou não sou, porque há condicionamentos que podem ir num sentido ou noutro. Mas "desta água não beberei" também não digo.